

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O PAPEL INTELECTUAL DO PARTIDO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DE
UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA – UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS DA
JUVENTUDE DE ANTONIO GRAMSCI (1917-1926)**

LEANDRO CABRAL DE ALMEIDA

Niterói, RJ
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O PAPEL INTELECTUAL DO PARTIDO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DE
UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA – UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS DA
JUVENTUDE DE ANTONIO GRAMSCI (1917-1926)**

LEANDRO CABRAL DE ALMEIDA

Sob a orientação do Professor
Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política
(PPGCP) da Universidade Federal
Fluminense (UFF) como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre.**

Niterói, RJ
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A447p Almeida, Leandro Cabral de
O papel intelectual do partido político na construção de
uma práxis revolucionária - uma análise dos escritos da
juventude de Antonio Gramsci (1917-1926): / Leandro Cabral de
Almeida ; Carlos Henrique Aguiar Serra, orientador. Niterói,
2018.
90 f.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2018.m.10032849737>
1. Teoria Política. 2. Pensamento Político. 3. Partido
Político. 4. Intelectuais. 5. Produção intelectual. I.
Serra, Carlos Henrique Aguiar , orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD -

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

LEANDRO CABRAL DE ALMEIDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF).

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/____

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (Orientador)
(PPGCP-UFF)

Prof. Dr. Luís Alves Falcão
(PPGCP-UFF)

Prof. Luís Eduardo Motta
(IFCS-UFRJ)

Niterói
2018

Para todos que, de alguma forma, pensam
e lutam pela construção de um mundo
mais justo, acolhedor e humano.

AGRADECIMENTOS

Nessa etapa, em que se pretende uma conclusão, é inevitável constatar que as dificuldades que se desdobram de um curso de Pós-Graduação seriam bem mais desgastantes se não pudéssemos contar com pessoas que integram esse percurso, tornando nossas experiências mais ricas, estimulantes e produtivas. Resta-me agradecer.

Inicialmente, agradeço ao corpo docente do PPGCP-UFF, que contribuiu através de disciplinas que refletiram em aspectos de minhas pesquisas, mas, sobretudo de minha formação. Agradeço a CAPES pela disponibilização de uma bolsa que possibilitou a materialização da presente pesquisa. Estendo meus agradecimentos ao Departamento de Sociologia (UFF), na pessoa do Prof. Fabrício Teló, camarada, que acolheu minha atividade docente em 2017.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Henrique A. Serra, agradeço pela paciência, disponibilidade e interesse pelo desenvolvimento de minha pesquisa desde sua forma inicial. Os Professores Luis Eduardo P. Motta (IFCS-UFRJ) e Luis A. Falcão (PPGCP-UFF) integraram as bancas de qualificação e defesa e contribuíram expressivamente para a realização desse trabalho, mesmo com as dificuldades enfrentadas para a sua conclusão, de modo que as falhas e lacunas aqui presentes são de minha responsabilidade, apenas.

Ao Professor Raimundo Santos (CPDA-UFRRJ), sou grato pelos inúmeros debates e atividades acerca do pensamento político de Antonio Gramsci, nos quais pude me aproximar gradualmente desse complexo e instigante universo temático que desponta dos escritos do pensador sardo. Em suas disciplinas pude compartilhar esses interesses com colegas que estimularam-me em diversos elementos dessa pesquisa: Tarcio Leal, Daniel Borges, Leo Albuquerque, Bruno Fonseca – obrigado!

Agradeço ao Professor Francisco Carlos Teixeira (UFRJ-CPDA-UFRRJ) pelo apoio à conclusão dessa pesquisa e estímulo à outras em processo de desenvolvimento.

Sou grato por ter o acompanhamento de minha família em cada etapa de minha formação, sempre atentos e generosos com o apoio determinado à forma como dedico minha vida à educação. Obrigado ao meu pai, Aristeu, por defender sempre que o suor de seu trabalho deveria refletir nas oportunidades de seus filhos, especialmente quanto à possibilidade de estudar. Sou grato a minha mãe, Silvia, por acreditar em meus sonhos e

me apoiar em cada gesto, em cada olhar, desde sempre, mesmo quando tudo parecia ingenuidade de um garoto que acredita generosamente na busca por um mundo melhor! Neste parágrafo dedicado a família acrescento os amigos que a vida tornou irmãos: Rodrigo Monteiro, Diego Moreira, Marcos Barbosa e Matheus Carvalho.

Por fim, dedico especial atenção aos encontros que a vida nos proporciona e que é capaz de transformar cada gesto num ato carregado de beleza e sentido. Nathália Terra, meu amor, obrigado por descortinar um mundo de esperança ante os meus olhos, obrigado por ser essa companheira tão crítica e solidária com meus sonhos, projetos, pesquisas, textos. Obrigado por sonhar comigo tantas utopias!

Meus agradecimentos se dirigem também aos meus alunos e colegas professores que vivenciam as possibilidades e tantos obstáculos ao caminho transformador da educação.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os escritos pré-carcerários de Antonio Gramsci do período que se estende de 1917 a 1926. Gramsci produziu um conjunto volumoso de textos, na forma de artigos breves, publicados em jornais e revistas operários, acumulados até 1926. Se atentarmos para esse material verificaremos o foco sobre temas da atualidade política vivenciada por Gramsci, atravessada pelo combate ao fascismo, por sua perspectiva crítica em relação ao partido, por sua leitura própria do marxismo e da revolução em seu país. Na medida em que esses textos são dirigidos a uma intervenção política direta e refletem seus embates, desafios, compreensões no âmbito de sua atuação como jornalista, militante e dirigente de um partido, as reflexões que despontam daí remetem ao produto de uma práxis revolucionária, um saber que se desenvolve e se realiza no processo de transformações operadas pelas lutas de classes. O enfoque sobre esses escritos pode nos ajudar a compreender a origem do seu pensamento, seu desenvolvimento em seus vínculos com as lutas políticas concretas, seus elementos constituintes, a perenidade de alguns temas por toda a sua obra. Como é o caso do papel dos intelectuais e do partido político. Possivelmente, esses temas constituem desde sua mais jovem perspectiva política as duas bases sobre as quais Gramsci desenvolve ao longo do escopo de seu pensamento a questão da hegemonia do proletariado. Nosso interesse é percorrer o desenvolvimento do pensamento de Gramsci quanto ao papel intelectual do partido.

Palavras-chave: Gramsci; Escritos Pré-carcerários; Intelectuais; Partido Político; Práxis; Revolução;

Área de concentração: Teoria política e Interpretações do Brasil

Linha de pesquisa: Fundações da Teoria Política

ABSTRACT

The present research aims to analyze the precarcerial writings of Antonio Gramsci from the period from 1917 to 1926. Gramsci produced a voluminous set of texts, in the form of brief articles published in newspapers and magazines workers, accumulated until 1926. If we look at this material, we will focus on the themes of the current political life experienced by Gramsci, crossed by the fight against fascism, by his critical perspective on the party, by his own reading of Marxism and the revolution in his country. To the extent that these texts are directed to direct political intervention and reflect their struggles, challenges, understandings within their scope of work as a journalist, militant and leader of a party, the reflections that emerge from this refer to the product of a revolutionary praxis, a to know that it develops and takes place in the process of transformations operated by class struggles. The focus on these writings can help us to understand the origin of his thought, its development in its links to concrete political struggles, its constituent elements, the perennality of some themes throughout his work. As is the case with the role of the intellectuals and the political party. Possibly these themes constitute from their youngest political perspective the two bases on which Gramsci develops throughout the scope of his thought the question of the hegemony of the proletariat. Our interest is to explore the development of Gramsci's thinking about the party's intellectual role.

Keywords: Gramsci; Pre-prison writings; Intellectuals; Political party; Praxis; Revolution;

Area of concentration: Political theory and Interpretations of Brazil

Research Line: Foundations of Political Theory

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.12
 Capítulo 1: Partido e práxis na tradição crítica do materialismo histórico – luta de classes e teoria da revolução no pensamento político marxista.....	p.18
1.1: De Marx à Gramsci – “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.....	p.18
1.2: Marx e a análise das lutas de classes na revolução de 1848.....	p.22
1.3: O <i>Manifesto</i> como elaboração teórica e prática para um partido revolucionário.....	p.34
1.4: Revolução proletária e partido em Lenin.....	p.42
 Capítulo 2: O papel intelectual do partido político na construção de uma práxis revolucionária.....	p.49
2.1: Aspectos da produção intelectual do jovem Gramsci – atuação política e revolução na Itália.....	p.49
2.2: <i>A Questão Meridional</i> como análise das lutas de classes.....	p. 69
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 80
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 86

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo (...) mas o que importa é transformá-lo.
(Marx)

A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega.
(Lenin)

A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional.
(Gramsci)

INTRODUÇÃO

O legado teórico que Antonio Gramsci engendrou ao pensamento político contemporâneo emerge, em grande medida, das reflexões elaboradas de maneira mais sistemática nos seus *Cadernos do cárcere*. Essa contribuição ganha outro relevo quando consideramos o nexo estabelecido entre sua atividade política e sua construção teórica, seja para colocarmos em destaque suas reflexões orientadas para as lutas pelo socialismo em seu país, ou os elementos de uma filosofia política, ou mesmo se pensarmos num movimento de renovação do pensamento político marxista. Entretanto, analisar o desenvolvimento de alguns aspectos de suas formulações desde a juventude, considerando sua formação intelectual em contraposição a aspectos de sua biografia política, em especial, de sua militância, pode se mostrar de destacada relevância para compreendermos o processo dinâmico e coerente pelo qual Gramsci desenvolveu as concepções mais estruturantes de seu pensamento.

Gramsci foi um teórico político e ao mesmo tempo um homem de ação. Suas preocupações intelectuais foram motivadas pela perspectiva de construção de um processo de lutas políticas revolucionárias. Em seu pensamento, a unidade entre teoria e prática, inerente à *práxis*, mostra-se mais do que na identidade entre pensamento e ação, ou, entre filosofia e política, na elaboração de categorias que fundamentam a compreensão das lutas políticas e a constituição de estratégias para tais lutas, materializando-se através de uma “racionalização da prática e de realização da teoria” na concepção e luta por hegemonia tomada dialeticamente (FROSINI, 2017, p. 789-791; 2002, p. 35-44). Considerando tal perspectiva, interessa-nos colocar em foco o modo como Gramsci concebe o papel intelectual do partido político na construção de uma *práxis* revolucionária, a partir da análise dos escritos que produziu entre os anos de 1917 e 1926.

A revolução de outubro de 1917 é um momento histórico que incide no pensamento de Gramsci, constituindo um ponto de abertura para seu posicionamento crítico em relação aos esquemas interpretativos do marxismo que circulavam no âmbito da II Internacional, marcadamente evolucionistas e positivistas. Desde textos publicados em princípios desse período, Gramsci demonstra uma aproximação maior em relação ao marxismo, saudando com entusiasmo a Revolução Russa. Posteriormente, o percurso do

desenvolvimento intelectual e de sua atividade política na imprensa partidária socialista deixa visível um aprofundamento teórico-crítico ganhando seus traços gerais naquele momento. A revolução de outubro firmava em Gramsci a convicção da necessidade de refletir sobre o partido político revolucionário e seu papel na compreensão do cenário das lutas de classes (RAPONE, 2014; DEL ROIO, 2017).

Os temas dos intelectuais e do partido político ocupam um lugar perene no pensamento de Gramsci desde a juventude, convergindo no desenvolvimento da questão da hegemonia do proletariado e na formulação de uma rica contribuição conceitual sobre a qual articula estreitamente teoria e ação política. Gramsci enfatizava a necessidade de organização da classe operária de modo a garantir sua unidade, através de um amplo processo educativo capaz de elevar sua consciência para além das necessidades imediatas, compreendendo a própria função política e histórica na luta contra o capitalismo e o Estado burguês.

Na medida em que se afasta do idealismo presente em sua formação juvenil, Gramsci acena para a necessidade de estabelecer uma penetração cultural junto às massas, a fim de criar as condições subjetivas da práxis revolucionária. Estava convencido quanto à capacidade humana, vertida numa vontade coletiva, para intervir nos rumos da história. Através de sua atividade jornalística em periódicos como *L'Ordine Nuovo*, órgão vinculado ao Partido Socialista Italiano (PSI), esperava-se estar mais próximo desse objetivo – o de criar e difundir uma cultura socialista como requisito fundamental para a constituição de um sujeito coletivo organizado capaz de dar ensejo a transformação socialista (LIGUORI, 2017, p. 448-449).

Na medida em que se aproximava das ideias de Lenin e conhecia mais aspectos da revolução bolchevique essa concepção ganhava força. Sua perspectiva era a de traduzir o experimento soviético em “linguagem histórica italiana”, elaborar a teoria e a prática da revolução em seu país. Nesse quadro, Gramsci identifica nas “comissões internas”, órgãos representativos dos interesses dos operários nas fábricas, a possibilidade de fomentar a elevação dessa instituição à forma de *Conselhos de Fábrica*, considerado uma demonstração da universalidade dos *soviets*. Tratava-se de alterar as funções dessas comissões para que não servissem apenas para a defesa dos direitos trabalhistas, mas para que possibilitasse ao operário tornar-se um produtor, pela organização de um autogoverno dos operários, considerado, àquela altura, um embrião do Estado proletário (GRAMSCI, 2004, p. 400-411).

Embora carregue alguns limites em suas concepções, reconhecidas autocriticamente nos *Cadernos*, Gramsci, nesse período, empreende uma delimitação dos traços gerais de uma teoria da democracia operária, de uma concepção de partido e de Estado socialista. Essa experiência do “biênio vermelho” reflete no posicionamento crítico que Gramsci toma em relação ao PSI, em especial contra as postulações de Amadeo Bordiga, principal representante da corrente maximalista dentro do partido. Os conflitos produzidos no âmbito dos Conselhos de Fábrica, do PSI e do *L'Ordine Nuovo* são fundamentais para a compreensão dos desdobramentos que levam à fundação do Partido Comunista Italiano (PCI) e à construção da perspectiva gramsciana em relação ao movimento comunista internacional.

O teórico e dirigente revolucionário sardo concebe o partido político como um organismo social que deve contribuir para a superação na classe operária de uma consciência sindicalista, corporativista, fornecendo elementos teóricos e organizativos para a elevação da consciência dos trabalhadores ao nível de uma compreensão da totalidade das relações e conflitos políticos de sua classe com as demais classes sociais. Nesse aspecto, Gramsci evidencia sua afinidade com o pensamento de Lênin, especialmente em *Que Fazer ?*, principal obra em que o revolucionário russo teoriza sobre a organização do partido da revolução. Ambos acenam com a necessidade de transpor o momento econômico-corporativo das lutas da classe operária para o momento “ético-político”, no qual, o proletariado se torna a classe dirigente capaz de sintetizar e dar corpo a uma vontade coletiva transformadora.

Entretanto, em Gramsci, essa vontade coletiva deve se converter em “práxis transformadora”, numa “práxis revolucionária” que se fundamenta na capacidade do partido político estabelecer uma mediação político-intelectual que agregue o conjunto das classes subalternas, sob uma direção consciente que possibilite a superação da espontaneidade dos movimentos de massa. Trata-se de fundar um movimento de lutas conscientes, teoricamente orientadas, capaz de construir uma renovação política, econômica, social e, sobretudo cultural, como pilar de uma hegemonia do proletariado, antes mesmo que se efetive a tomada do poder.

Gramsci delimita uma compreensão das singularidades da conquista da hegemonia nas sociedades capitalistas ocidentais, nas quais deve se lutar por uma “reforma intelectual e moral”, papel a ser desempenhado dialeticamente pelo partido e por seus intelectuais enquanto agentes de uma capacidade dirigente e organizativa. De

suas proposições evidencia-se que, tanto a noção de partido é tomada por sua função intelectual. Sua *práxis revolucionária* tem como horizonte uma *teoria da revolução*, mas uma teoria da revolução sob o prisma da *práxis*.

As lutas políticas de Gramsci verteram-se numa luta que também foi intelectual, demandando-lhe um esforço de compreensão da situação concreta de seu país, da configuração das classes sociais e de seus interesses antagônicos, das estruturas de poder das classes dominantes, dos conflitos políticos e das batalhas das ideias dentro e fora do partido. O período em que Gramsci permanece na Rússia, enviado como representante do PCI na Comissão Executiva da Internacional Comunista, deu início a esse movimento de intensa elaboração teórica e estratégica, cujos resultados mais expressivos despontam em 1926, com as *Teses de Lyon*, e o ensaio, *A questão meridional*.

Gramsci produziu um conjunto volumoso de textos, na forma de artigos breves, publicados em jornais e revistas operários, acumulados até 1926, quando do seu encarceramento. Eram artigos e crônicas que abordavam uma multiplicidade de assuntos, refletindo de algum modo temas da cultura italiana. Mas também escreveu muitas cartas, formulações para o partido e ensaios¹. Se atentarmos para esse material verificaremos o foco sobre temas da atualidade política vivenciada por Gramsci, atravessada pelo combate ao fascismo, por sua perspectiva crítica em relação ao partido, por sua leitura própria do marxismo e da revolução em seu país. Entretanto, ao avaliar esse conjunto de escritos Gramsci afirmara que eram “linhas escritas no dia-a-dia”, e que estavam destinadas a morrer diariamente. Seriam textos de intervenção em questões específicas do cotidiano, sem sistematização ou aprofundamento. Naquele momento Gramsci colocava-se diante de um projeto intelectual maior, de estudos mais sistemáticos, que daria corpo aos seus *Cadernos* (COUTINHO, 1999, p. 7).

Contudo, na medida em que esses textos são dirigidos a uma intervenção política direta e refletem seus embates, desafios, compreensões no âmbito de sua atuação como jornalista, militante e dirigente de um partido, as reflexões que despontam daí remetem

¹ Entre 1910 e 1926, Gramsci produziu cerca de 1700 títulos distribuídos em jornais e revistas ligados ao Partido Socialista Italiano (PSI) e, posteriormente, ao Partido Comunista Italiano (PCI), como é o caso de suas colunas *Sotto la Mole*, *Lo Stato operaio*, *Il grido del popolo* e *L'Ordine Nuovo*. Trata-se de textos que fazem referência a fatos e personalidades políticas, situações do cotidiano, críticas literárias e às peças e montagens teatrais, muitas das quais importantes apenas naquela época. No entanto, esse material revela não apenas os temas políticos que orbitavam o conjunto de preocupações de Gramsci, mas também sua atenção quanto a questões culturais de sua sociedade (COUTINHO, 2004, p. 11-14).

ao produto de uma práxis revolucionária, um saber que se desenvolve e se realiza no processo de transformações operadas pelas lutas de classes. O enfoque sobre esses escritos pode nos ajudar a compreender a origem do seu pensamento, seus elementos constituintes, a perenidade de alguns temas por toda a sua obra. É o caso do papel dos intelectuais e do partido político. É possível que esses temas constituam desde sua mais jovem perspectiva política as duas bases sobre as quais Gramsci desenvolve ao longo do escopo de seu pensamento a questão da hegemonia do proletariado.

Além de nos colocar diante de uma linha cronológica indiscutível, esses textos da juventude nos abre a possibilidade de compreender o desenvolvimento do pensamento de Gramsci, em seus vínculos com as lutas políticas concretas, desvelando os aspectos da busca gramsciana em sua multiplicidade temática, desde o nascer, nas primeiras formulações, nos seus enriquecimentos, na alteração, até à formulação mais densa que será dada no período do cárcere. Nosso interesse é percorrer o desenvolvimento do pensamento de Gramsci quanto ao papel intelectual do partido. Assim, o enfoque sobre essas formulações permite observar como emergem de um laboratório vivo, onde a teoria e prática revolucionária mesclam-se numa práxis construída sob a perspectiva de uma transformação revolucionária da sociedade.

Em suma, além de contribuir para a compreensão do pensamento político de um autor de tamanha envergadura, a pesquisa proposta busca enfatizar esse nexos constituinte do pensamento gramsciano, a contraposição entre suas ideias e suas lutas concretas. E isso nos coloca diante da possibilidade de compreender os conflitos teóricos e práticos presentes em suas reflexões. No cárcere Gramsci reclamara do afastamento que a reclusão impôs em relação ao contato direto com os homens e mulheres reais, os protagonistas. Então, trata-se de analisar o conteúdo de suas reflexões tecidas no campo das experiências concretas, na interlocução com a cultura, nos embates políticos, no movimento real da história, de onde Gramsci desenvolve sua concepção de mundo.

É possível que desponte do trabalho proposto elementos que contribuam para que pensemos não apenas o papel intelectual do partido político, no âmbito de um contexto de lutas revolucionárias, mas também do papel intelectual do partido na perspectiva de construção de uma capacidade organizativa para o enfrentamento das lutas políticas que emanam do capitalismo e do Estado burguês na contemporaneidade. Contudo, é possível que remeter ao tema dos intelectuais suscite que pensemos também

no tipo de intelectual que Gramsci se dispôs a ser e no quanto ele nos ensina com o exemplo de sua vida dedicada a pensar e agir politicamente, visando uma transformação social revolucionária.

1. PARTIDO E PRÁXIS NA TRADIÇÃO CRÍTICA DO MATERIALISMO HISTÓRICO – LUTA DE CLASSES E TEORIA REVOLUCIONÁRIA NO PENSAMENTO POLÍTICO MARXISTA

1.1: De Marx a Gramsci – “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”

Quando na década de 1840, Marx e Engels escreveram *A ideologia alemã* e pontuaram as reflexões que deram bases ao materialismo histórico, a Europa experimentava uma profunda transformação no mundo do trabalho, provocada pela intensificação do desenvolvimento industrial, pelas conseqüentes alterações nas relações sociais, pelos conflitos que descortinavam a organização das classes trabalhadoras em contraposição a burguesia instalada nos centros de poder. Não era mais possível aos intelectuais permanecer no mundo abstrato das ideias e não se posicionar ante as lutas políticas que se radicalizavam naquele momento e aos problemas sociais que tomavam proporções maiores. Marx, além de dirigir suas críticas ao idealismo, ao positivismo cientificista e ao materialismo vulgar, envolvia-se diretamente com as lutas operárias, chamando atenção ao seu protagonismo, e acenando com um novo posicionamento intelectual, a do intelectual que se move para compreender o mundo a fim de transformá-lo (SEMERARO, 2006).

Em *Princípios da filosofia do direito*, Hegel já havia colocado ênfase na relação entre filosofia e a realidade revolucionária, no entanto, foi Marx que chamou a atenção para o anacronismo entre a filosofia idealista alemã e a prática revolucionária de sua época. Em sua concepção, dificilmente seria possível a reprodução na Alemanha do que havia acontecido na França. Marx diria que “em política, os alemães pensaram o que as outras nações fizeram. A Alemanha foi a sua consciência teórica” (MARX, 2010, p. 151). Destacava, assim, o desencontro entre a realidade política alemã e o conteúdo de sua filosofia. A revolução que não superasse esse limite deixaria intacta a realidade, tornando-se “a revolução que deixa de pé os pilares do edifício”. Não basta, como pensava a esquerda hegeliana, atribuir centralidade a teoria na condução dos movimentos revolucionários. “Não basta que o pensamento procure se realizar; a

realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento”, pondera Marx (Ibid., p. 152), pois a filosofia por si só, enquanto crítica da realidade, não muda o real, o interpreta, o contempla, mas não o transforma – como bem explicitado em suas *Teses sobre Feuerbach*.

Para que a transformação revolucionária da realidade ocorra é necessário mais do que a filosofia, é preciso que a filosofia se realize em ação, em prática, o que apenas acontece através da mediação proposta pela práxis. Apenas quando a filosofia abandona seu caráter puramente teórico e se torna prática é capaz de se converter em força transformadora da realidade. “A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas”, salienta Marx (idem, p.151). A práxis se realiza quando a crítica adentra a consciência dos homens e se torna efetivamente uma força. Mas para isso é preciso que os homens sejam mediadores desse processo, que compreendam a crítica da realidade e convertam a crítica em ação, em *práxis revolucionária*. Essa crítica deve ser radical no sentido de buscar no homem o seu foco, o centro de sua atenção, e assim, correspondendo às necessidades radicais do homem, a crítica deve partir dele e para ele enquanto elo mediador entre a filosofia e a realidade. Esse homem que através da práxis converte filosofia em ação é o proletariado, a classe universalmente explorada cuja libertação está condicionada a libertação de toda a humanidade. Mas para que tal revolução radical ocorra é preciso que

O proletariado adquira consciência de sua atuação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação. Essa consciência é justamente a filosofia; mais exatamente, sua filosofia. (...) Sem o proletariado, a filosofia não sai de si mesma e graças a ele, realiza-se; ele é seu instrumento, o meio, a arma material que lhe permite vingar na realidade. O proletariado, por sua vez, não poderia emancipar-se sem a filosofia; ela é o instrumento, arma espiritual e teórica de sua libertação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, op. cit., p. 120-121).

Desde o *Manifesto* Marx se empenhara na elaboração de uma teoria da revolução baseada no conhecimento da realidade social que se quer transformar, fundamentando a necessidade da mudança revolucionária e a missão histórica do proletariado. Nesse sentido, o panfleto revolucionário de 1848 nos apresenta uma teoria

da revolução e ao mesmo tempo uma teoria da organização da revolução, do trânsito da teoria a prática (Ibid., p. 161-162).

Em Gramsci, a política é uma atividade humana central, autônoma, que se desenvolve dentro de um contexto histórico e material. Sua contribuição aponta para a sistematização, no âmbito do marxismo, de uma ciência da ação política. Interessava-o mais do que refletir sobre as possibilidades que a ação humana tem para intervir nos rumos da história, levar adiante o movimento real que produzisse uma transformação revolucionária da sociedade. A centralidade da política no pensamento de Antonio Gramsci resulta em grande medida da situação histórica na qual ele estava inserido e atuante, como líder intelectual, como dirigente político, participando ativamente do movimento proletário de massas, que, desde os levantes de Turim, impeliu Gramsci a um conjunto de reflexões sobre as experiências de autogoverno da classe trabalhadora, sobre democracia e Estado operário, mas também o envolveu na delimitação de traços de uma concepção de partido (CARNOY, 1988, p.89-93).

No contexto histórico do entre-guerras, a Itália foi palco de uma acirrada luta entre os partidos de esquerda e direita que se desdobrou na vitória do fascismo em 1922 e na supressão dos direitos políticos. O fracasso dos partidos das classes trabalhadoras na defesa da autonomia das classes subalternas levou Gramsci a buscar explicações sustentadas no conceito de hegemonia, pelo qual procurou ressaltar o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas na sociedade civil. Ou seja, não se trata de pensar a dominação burguesa a partir da violência da classe dominante, ou do poder coercitivo do aparelho do Estado, mas através de um processo pelo qual se impõe aos dominados a concepção de mundo dos dominadores, através de uma liderança moral e intelectual capaz de estabelecer um consenso com poder de moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. Gramsci colocava em destaque “o complexo de relações ideológicas e culturais, da vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações” para compreender o consentimento das classes subalternas em relação à dominação burguesa (Ibid., p. 93-95).

Nesse quadro, seria necessário ao proletariado desenvolver uma luta pela hegemonia capaz de conquistar espaços na sociedade e substituir os valores e normas burguesas dominantes, com vistas a tomar o poder do Estado. Ao partido político revolucionário caberia a função de construtor, organizador, educador nesse processo de conquista hegemônica alicerçada por uma base ideológica, cultural que deve se espalhar

do partido para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade. É nessa interseção entre o tema dos intelectuais e sua concepção de partido político que reside o arco de interesses de Gramsci em seu processo de formulação do conceito de hegemonia do proletariado. Seu enfoque sobre os intelectuais decorre de sua compreensão de que o núcleo dirigente fundamental do partido, assim como os aparelhos da sociedade civil, deveria ser formado por intelectuais, dedicados à formação de uma “vontade nacional popular”. Trata-se de pensar a “função organizativa” dos intelectuais e do partido no âmbito da cultura, da ideologia, seus reflexos sobre as consciências e a homogeneidade das classes, bem como a delimitação de uma concepção de mundo ancorada na perspectiva de conservação ou de transformação da ordem social vigente. No quadro de uma práxis revolucionária, o partido, enquanto “intelectual coletivo”, tem a responsabilidade por esse nexo teoria-prática capaz de engendrar o movimento de luta hegemônica (BEIRED, 1998).

Gramsci empreende uma elaboração acerca do partido considerando-o uma construção que envolve uma análise histórico-teórica dirigida à crítica teórica de uma tradição do pensamento político marxista e a avaliação da história e da cultura de um país. Ou seja, não se trata de focar a construção do partido político como resultante de escolha de modelos, mas como expressão de uma concreta análise da realidade sobre a qual se quer agir revolucionariamente, de uma perspectiva crítica sobre as deformações dogmáticas da teoria marxista e sobre as defeituosas experiências institucionais do primeiro Estado socialista. O problema da organização política é analisado por Gramsci dentro do movimento, colocado em confronto com a questão do Estado e com os aspectos da cultura mais geral (CERRONI, 1982).

Para Gramsci é necessário substituir o senso comum por uma nova concepção de mundo mais coerente, um novo senso comum, através de um processo educativo, mas inserido no contexto das lutas políticas dos trabalhadores, e fundido a um programa político e a uma concepção da história. É preciso superar o senso comum e o modo de pensar corporativo através do redirecionamento da práxis política, no sentido de propiciar as classes subalternas a libertação das formas de pensar homogeneizadas pelo pensamento liberal e de fortalecer seus projetos e ações na construção da hegemonia, batalha que não é apenas econômica, mas também cultural, ideológica, valorativa. A cultura é destacada por Gramsci como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para

a construção de uma vontade coletiva. Nesse quadro, pode ser compreendida como um instrumento de emancipação política das classes subalternas. A cultura é um elemento central na construção da hegemonia, de um consenso e da direção político-ideológica capaz de elevar a concepção de mundo dos grupos subalternos e articulá-las na forma de uma “vontade coletiva nacional-popular” alicerçada numa ampla “reforma intelectual e moral” (SIMIONATTO, 2009, p. 45-48).

Considerando esses aspectos, interessa-nos estabelecer como fio condutor de nossa investigação a questão da práxis. Desde Marx e Engels, indagamos: como a realidade das lutas concretas se mostra a base sobre a qual se intenta construir uma produção teórica que dê conta de explicar a realidade em luta, mas também de oferecer orientações para que tais lutas se efetivem na prática revolucionária? De que forma o tema do partido político está presente nesses primeiros escritos de Marx e Engels, como expressão da classe e instrumento político coletivo de conscientização e emancipação do proletariado? Como podemos compreender o processo de apreensão teórica que Lenin realiza no âmbito do marxismo, como uma teoria da revolução proletária que se materializa?

Gramsci é tomado como um renovador do marxismo, mas em seu pensamento há continuidades que o aproximam de Marx, Engels e Lenin, assim, é importante considerarmos a delimitação de uma concepção de partido em Gramsci, bem como compreendermos a relação entre os intelectuais e o partido, a função intelectual do partido na construção de uma práxis revolucionária, com vistas à construção de uma nova hegemonia, temas que perpassam essa linha de continuidade entre os clássicos do marxismo e o dirigente político e teórico italiano, mas que abrem o campo de análises do marxismo para o enriquecimento que as formulações de Gramsci representa. Contudo, há ainda uma continuidade que deve ser vista – entre aspectos de suas formulações juvenis e a forma mais sistematizada de seu pensamento nos *Cadernos*, o que nos brinda com um processo coerente de construção intelectual.

1.2: Marx e a análise das lutas de classes na revolução de 1848

Nos anos 1840, Marx e Engels estabeleceram contatos com os movimentos revolucionários que ocorriam na França, mas haviam se decepcionado com os intelectuais envolvidos nessas lutas. No entanto, despertaram grande interesse pelas

organizações operárias que surgiam naquele momento ². Ao se deparar com os Centros de Correspondência Comunista – órgão que tinha como objetivo a articulação das experiências dos diversos grupos que lutavam pela emancipação do proletariado – Marx fortaleceu sua convicção de que a classe operária deveria ser a protagonista do processo revolucionário. Esse encontro contribuiu também para que a partir da análise das experiências fracassadas do movimento sindical e das cisões entre os grupos revolucionários na Europa, compreendessem a importância da elaboração de uma *teoria geral da revolução* tendo como base o conhecimento das estruturas econômicas e políticas da sociedade.

Inicialmente hesitante, Marx aderiu a *Liga dos Justos* no início de 1847. A ‘Liga’ constituía uma federação composta por trabalhadores, especialmente artesãos alemães exilados que viviam em Londres, Paris, Bruxelas e em algumas regiões da Alemanha. A *Liga dos Justos* surgiu a partir do rompimento de alguns artesãos com a *Liga dos Exilados*, uma sociedade secreta revolucionária formada por trabalhadores e intelectuais emigrados (HOBSBAWM, 2005, p. 293-294). O estigma de comunista da Liga dos Justos foi acentuado após o levante frustrado liderado por Auguste Blanqui em maio de 1839 ³, no qual participaram alguns membros da Liga. Mas com a adesão de Marx e Engels despertou entre seus integrantes o interesse pelas ideias acerca da natureza da sociedade capitalista. O slogan “Todos os homens são irmãos” foi

² Marx faz referência no *Manifesto do Partido Comunista* ao movimento cartista, destacando a elaboração da *Carta do Povo*, que reivindicava uma série de medidas políticas dirigidas aos anseios dos trabalhadores. Com base neste programa democrático, o *cartismo* mobilizou as massas em manifestações e greves que ganharam destaque nos anos 1840. Dentre suas conquistas históricas, destaca-se a jornada de dez horas e a regulamentação das associações políticas. O historiador Eric Hobsbawm destaca que a *consciência de classe* dos trabalhadores não existia antes de 1789 e que fora da Grã-Bretanha e da França, era quase totalmente inexistente mesmo antes 1848. Mas nesses dois países teria se desenvolvido entre 1815 e 1848, o que ficava evidente com a proliferação de sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, associações e cooperativas, e ainda, organização de motins, protestos públicos e greves (1979, p. 231-233).

³ Blanqui era visto pela burguesia como um comunista, e como integrantes da Liga participaram do levante, a *Liga dos Justos* passou a ser também considerada comunista, mesmo que suas concepções apontassem nessa direção de forma mais precisa após a entrada de Marx e Engels, pois até esse momento pairava na atmosfera intelectual da Liga influências derivadas do comunismo idealista dos artesãos alemães, do socialismo franco-inglês e da filosofia alemã. Era necessária, para construir um fundamento teórico sólido, a observação científica da estrutura econômica da sociedade burguesa, a fim de basear uma participação consciente no processo histórico da revolução social, de modo a substituir as aspirações utópicas.

modificado para “Proletários de todos os países, uni-vos”, assim, a Liga dos Justos ao adotar as concepções de Marx, tornava-se, de fato, a Liga dos Comunistas ⁴.

A realização de um congresso da Liga, em fins de 1847, resultou numa petição dirigida a Marx e Engels para que redigissem um programa detalhado, teórico e prático do partido ⁵, texto que viria a ser o *Manifesto do Partido Comunista*. O manuscrito foi enviado de Bruxelas para Londres no fim de fevereiro de 1848, coincidindo com a esperada revolução. O texto logo foi publicado em diversos países. Na França sua publicação ocorreu pouco antes da insurreição de junho de 1848. De modo geral, a circulação de tal texto pela Europa ia de encontro com a atmosfera política da época, atravessada por esperanças e temores quanto à eclosão de uma revolução social. Espectro que se tornava a cada dia mais nítido, destaca Hobsbawm, pois “um cataclismo econômico europeu” e a “corrosão dos antigos regimes” indicavam alguma previsibilidade da revolução (HOBSBAWM, 1979, p. 332).

Desde a década de 1820 revoltas de perfil liberal despontaram na Europa. A partir da década de 1830 as revoltas se multiplicaram. A crise econômica que precedeu o ano de 1848 fortaleceu a insatisfação do povo com os governos estabelecidos após a era napoleônica. Na França, após o fim do Império Napoleônico, Luís XVIII retomou o trono e manteve algumas conquistas políticas e sociais. Com sua morte, Carlos X assumiu a Coroa em 1824 e tentou restaurar o absolutismo se aproximando da nobreza e contrariando a burguesia. Em 1830, dissolveu a Câmara, modificou leis eleitorais e impôs a censura. Numa rebelião, a burguesia e o povo, em geral, conseguiram a derrubada de Carlos X. A fim de que pudessem, de alguma forma, evitar que a revolta se radicalizasse, os burgueses entregaram o poder a Luís Felipe, um nobre de tendências liberais que gradativamente abandonou essa postura em favor de uma conciliação entre os interesses da nobreza e da burguesia e, posteriormente, de uma posição mais conservadora.

O período que antecede o ano de 1848 é marcado por agitações populares em Paris. Gradualmente se esboça o pleito por uma reforma eleitoral. Em fevereiro de 1848,

⁴ Em um Congresso foi aprovada a publicação da *Revista Comunista*. Em seu único número, divulgado em setembro de 1847, fica exposta a mudança do antigo lema pelo que foi sugerido por Marx, “Proletários de todos os países, uni-vos!”, que marcaria o fim do texto do *Manifesto de 1848*.

⁵ Engels já havia redigido, sob encomenda da Liga dos Justos, um breve texto, *Princípios do Comunismo*, no qual expunha as características do comunismo através da apresentação de um conjunto de perguntas e respostas. Tal documento foi substituído pelo *Manifesto* por não conter os elementos históricos deste, no entanto, no que concerne às ideias, os dois textos não divergem.

as manifestações adensaram a conflitividade, especialmente em Paris. A guarda nacional se manifesta em favor da reforma e sucedem choques entre as tropas leais ao governo e o povo. A revolução incendeia Paris. Os rebeldes republicanos se apossam do Hôtel de Ville e ameaçam as Tulherias. O rei Luis Felipe abdica em favor de seu neto e foge para a Inglaterra. A câmara dos Deputados é invadida pelos insurgentes para que a regência, confiada à duquesa de Orléans, não fosse realizada. Um governo provisório foi estabelecido. Com grande influência socialista, pode contar com Lamartine, Ledru-Rollin, Marrast, Louis Blanc, Albert. Em 25 de fevereiro foi proclamada a república. Da França, a onda revolucionária se espalhou para o restante da Europa. O historiador Eric Hobsbawm destaca que “nunca houve uma (*revolução*) ⁶ que se estivesse espalhado tão rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos” (idem, 2005, p. 28). Em pouco tempo a revolução chegava ao sudoeste alemão, nove dias depois, em Berlim. Ainda no mesmo mês tomava a Áustria, Itália e Hungria. “Em poucas semanas”, destaca Hobsbawm, “nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez Estados, sem contar as repercussões menores em um bom número de outros” (ibidem).

Pioneira em sua capacidade de se expandir globalmente, afetando as partes desenvolvidas e atrasadas da Europa, a revolução de 1848 foi também a que teve menos sucesso. Em pouco tempo todos os regimes derrubados fossem restaurados. Na França esse caminho seguiu pela eleição, em abril de 1848, de uma Assembléia Constituinte, com a maioria de republicanos moderados, pela insurreição proletária de junho reprimida pelo general Cavaignac, a formação de um grande partido defensor da ordem, a eleição de Luís Napoleão Bonaparte para presidência da República, pela eleição da Assembléia Legislativa com maioria monarquista do partido da ordem, seguindo pelos diversos conflitos que levaram ao golpe de estado em dezembro de 1851 e a restauração do Império por Luís Bonaparte, auto proclamado Napoleão III.

Embora fosse possível obter alguma previsibilidade quanto a eclosão do processo revolucionário em 1848, a sua dimensão social não era evidente, nem o seu desfecho. Marx previu a amplitude social das conturbações que estavam para acontecer e foi capaz de formular um programa condizente com esse ponto de vista (COGGIOLA, 2010, p. 32). Suas formulações superavam a perspectiva de uma revolução puramente burguesa, que seria, em sua interpretação, apenas a condição para que fosse criada uma

⁶ Intervenção nossa.

abertura política para o confronto decisivo entre a burguesia e o proletariado. Contudo, o breve embate de junho de 1848 impôs a derrota ao proletariado. As revoluções que tiveram início nesse ano significaram a desmobilização do movimento operário. O *Manifesto* seguiu o mesmo percurso histórico do desenvolvimento político da classe operária. A derrota do movimento operário incidia negativamente para difusão das ideias expressas no *Manifesto*. Engels enfatiza que “com o desaparecimento da cena pública do movimento operário que começara com a revolução de fevereiro, também o *Manifesto* passou a um segundo plano” (2010, p. 79) ⁷.

Para Marx, o processo histórico não é inalterável, é dinâmico, e mesmo o capital, apesar de sua lógica global expansionista, é considerado como transitório. No *Manifesto* a história é tratada como resultado do trabalho humano, como fruto das interações estabelecidas entre os indivíduos para a satisfação de suas necessidades materiais e não como um desígnio da “Razão/Espírito do Mundo”, como propunha Hegel, que considera o capital e o Estado burguês o horizonte culminante da história do homem e de suas instituições (MÉSZÁROS, 2002, P. 57-58).

Marx desenvolvera, pelo menos desde 1845, os elementos de uma concepção materialista da história, cujo método é empregado nas análises acerca dos percursos da revolução de 1848 na França (FONTES, 1997). De acordo com esse ponto de vista, ou método de interpretação da história, “toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é (...) a organização corporal destes indivíduos e (...) sua relação dada com o resto da natureza” (MARX, 1986, p. 27). Logo, as relações do homem com a natureza, com outros indivíduos e consigo mesmo, e as ideias e representações que produz sobre si e sobre o seu mundo partem da forma como os homens produzem essa materialidade tão intrínseca à vida humana. Para Marx, o que os homens são “coincide, portanto com sua produção, tanto o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende, das condições materiais de sua produção” (ibidem, p. 28). A base material da existência humana condiciona ainda a existência de elementos imateriais como as ideias

⁷ A partir da década de 1870 surgiram muitas edições em alemão do *Manifesto*, coincidindo com o desenvolvimento do Partido Social Democrata na Alemanha. Ainda publicações/edições do texto de 1848 despontaram na Inglaterra, na América do Norte, na Rússia, Polônia e Itália. No período de doze anos, entre a morte de Marx (1883) e de Engels (1895) apareceram cerca de 75 edições do *Manifesto*, em 15 línguas (COGGIOLA, idem, p. 35).

e representações dos indivíduos, suas relações sociais, culturais, ou políticas. Nas palavras do próprio Marx:

A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade.

A produção de ideias, representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real (ibid., p. 36).

Em *Para a crítica da economia política*, de 1859, esta tese é apresentada de modo mais detalhado num texto de prefácio no qual discorre sobre as relações entre a estrutura econômica da sociedade, a base real, material, concreta, e a superestrutura, que é jurídica, política, cultural, ideológica. De acordo com Sell (2009), nesta passagem encontramos uma tese fundamental de Marx e a base de seu método. O *materialismo histórico*⁸ é o pilar que fundamenta as obras posteriores de Marx, trabalhos que apresentam seu esforço em estabelecer um aprofundamento teórico e a aplicabilidade dessas proposições (GIDDENS, 2005, p.48).

Marx analisa a estrutura material da sociedade considerando sua dinâmica, a partir das ações dos indivíduos nas lutas travadas na realidade concreta. Nessa perspectiva, o cenário social está aberto e atravessado por contradições e Marx desvenda o caráter intrínseco da sociedade capitalista. Não trata apenas de considerar como uma característica da estrutura do modo de produção capitalista, mas como o próprio “motor do movimento histórico”. O tema central do *Manifesto* é a luta de classes, no início do texto Marx diz que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX, 2010a, p. 40), se referindo à divisão da sociedade em classes ou grupos sociais que ocupam lugares antagônicos na estrutura produtiva, que possuem interesses divergentes no processo de produção dos bens materiais e, por isso, vivem em relação de luta, de conflito constante, pois para um grupo, a burguesia, interessa a manutenção dos papéis desempenhados por cada grupo social – ou classe – na produção. Interessa à burguesia o controle sobre a propriedade dos meios de produção, a posse da mais-valia, a busca pelo lucro, a exploração sobre o

⁸ Marx não faz uso do termo “materialismo histórico”, é Engels quem utiliza pela primeira vez a expressão em seus escritos.

trabalho assalariado. Ao proletariado interessa o rompimento com tais cadeias, a emancipação do trabalhador, o fim da estrutura econômica e política que possibilita e se fundamenta na exploração de uns indivíduos sobre outros (REIS, 2004, p. 53). As relações entre as classes só podem ser conflitivas, pois a existência de classes está assentada na exploração e na opressão, que é social, política, cultural, ideológica.

Em Marx, a noção de luta de classes está intimamente relacionada à de mudança social, pois através de tais conflitos, antagonismos, lutas, as transformações estruturais da sociedade ganham impulso, daí Marx considerá-la como o “motor da história”. Trata-se de considerar que “a classe explorada constitui-se no mais potente agente da mudança” (OLIVEIRA & QUINTANEIRO, 1999, p.81). Entretanto, no *Manifesto* a burguesia é tratada também como uma classe revolucionária, pois seu empenho foi capaz de dissolver o feudalismo e constituir a ordem burguesa. Seu caráter revolucionário não se restringe às transformações que engendrou na estrutura produtiva, pois além dos instrumentos de produção, atingiu as relações de produção e todas as relações sociais. “Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente” (Ibidem, p.41), de modo que a constituição do Estado representativo moderno significa a conquista burguesa de sua “soberania política exclusiva”. Por isso, Marx destaca que o proletariado, classe eleita para empreender a revolução que realizaria a transição do capitalismo para o comunismo, deveria atacar o Estado, considerado por Marx como um instrumento de dominação de uma classe social sobre a outra, “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (ibidem, p. 42). Para Ianni, “a teoria da luta de classes seria uma simples abstração, se as relações e os antagonismos de classes não implicassem no Estado capitalista como expressão e condição dessas mesmas relações e antagonismos” (IANNI, 1982, p.30).

Apesar de ser acusado de não ter se dedicado a elaborar uma obra sistemática sobre o Estado (CHÂTELET, 2000, p. 196; SELL, idem, p. 71), o que é correto, pelo menos parcialmente, pois suas análises acerca do Estado burguês podem ser deduzidas de muitos de seus escritos⁹ e não de um específico trabalho, a concepção de Estado de Marx “vai se explicitando ou desenvolvendo à medida em que estuda as imbricações ou os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das forças produtivas e das relações

⁹ Seguindo as orientações de Sell (2009) as ideias políticas de Marx encontram-se dispersas em obras de sua produção juvenil, como a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *A sagrada família*, *A ideologia Alemã*, mas também estão presentes em suas obras da maturidade, como *As lutas de classe na França*, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*.

de produção” (IANNI, *ibidem*). Antes mesmo do *Manifesto*, Marx já havia desenvolvido a ideia de que a forma do Estado moderno, burguês, corresponde ao modo de produção capitalista e ao domínio da classe burguesa (MARX, 1986, p. 97-98), assim como já havia elaborado a noção de que o Estado não explica a sociedade civil, mas é, antes, a sociedade civil, a sociedade dividida em classes sociais antagônicas que deve ser o elemento explicativo do Estado (MARX, 1982, p.82 e p.85 ¹⁰).

Marx descreve no manifesto de 1848 a evolução da história tendo como fio condutor a teoria das lutas de classes e a perspectiva materialista da história e, ainda, matiza elementos de sua teoria do Estado, em especial, denunciando o caráter classista do Estado representativo moderno. Nos seus escritos sobre a revolução de 1848 e seus desdobramentos na França, *As lutas de classes na França* e *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, Marx aplica essas proposições na compreensão do cenário político desenhado após a revolução de fevereiro. Ao tentar compreender o percurso que levou ao golpe de Estado de 1852, Marx se lança no estudo das estruturas e relações políticas, jurídicas e burocráticas do poder estatal, analisando a Constituição a fim de que fosse possível apreender os elementos coerentes e contraditórios da estrutura de poder ali cristalizada. Busca a ênfase sobre as contradições que envolvem as forças sociais da França, presumindo que as lutas sociais são elementos importantes na formação do Estado, como condição e produto das relações de poder, e determinantes da forma como o poder se arranja socialmente.

Para Marx, os conflitos sociais são expressões das contradições econômicas. A sociedade capitalista é marcada pelo antagonismo, como o que fica perceptível na França de meados do século XIX: o conflito entre a forma política e o conteúdo social da dominação burguesa, do qual a derrota da insurreição proletária de junho de 1848, o primeiro grande embate travado entre o proletariado e a burguesia, abriu caminho para o domínio desta, através da fundação da república burguesa.

À monarquia burguesa de Luís Filipe só poderia seguir a república burguesa, isto é, ao passo que, em nome do rei, o governo foi exercido por uma parcela restrita da burguesia, em nome do povo, a totalidade da burguesia passaria a governar. As exigências do proletariado parisiense eram baboseiras utópicas que deveriam ser detidas. A

¹⁰ Nesse caso, a referência indica a *Carta de Marx a P. V. Annenkov*, de 1846, localizada em Ianni (1982b). Nesse breve texto Marx desenvolve a mesma ideia da relação entre a sociedade civil e Estado expressa no Prefácio de *Contribuição à crítica da economia política*, cuja referência é a mesma obra de 1982 (a), (pag. 82).

resposta do proletariado parisiense a essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte foi a *Insurreição de Junho*, o mais colossal acontecimento na história das guerras civis européias. A república burguesa triunfou. (...) Ela provou [a derrota de junho]¹¹ que, em países de civilização antiga com estrutura de classes evoluída, com modernas condições de produção e com um consciente intelectual em que todas as ideias tradicionais foram dissolvidas (...), [que] A República só pode representar a forma de revolução política da sociedade burguesa e não a sua forma de vida conservadora (MARX, 2011, p. 34-36).

A partir da revolução de fevereiro de 1848, o proletariado passava a ocupar o primeiro plano do cenário político francês. Ao proclamar a República se destacava como um partido autônomo, mas chamava toda a atenção das frações burguesas que, a certa altura, já delineavam a composição de um agrupamento político contra a ameaça à ordem – ameaça que tremulava na *bandeira vermelha* dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que defendia instituições sociais, o governo provisório não foi além, não conseguiu imprimir e disseminar pela sociedade o caráter revolucionário de seu governo, antes, se adaptou às relações e condições da sociedade burguesa.

Marx argumenta que “a república de fevereiro não era nem podia ser nada além de uma república burguesa, (...) o proletariado parisiense ainda não foi capaz de ir além da república burguesa, a não ser em sua *ideia*, em sua *imaginação* (...)” (Marx, 2012, p.60). É possível que em tal passagem esteja certa descrença de Marx quanto ao momento da eclosão revolucionária na França, pois à época, faltava-lhes organização, maturidade política e ideológica, e liderança. Mesmo o sindicalismo ainda era um movimento limitado e os comunistas e socialistas, embora mais organizados, ainda não compunham um elevado número de indivíduos. “O máximo que se poderia atingir seria uma república burguesa que pusesse em evidência a verdadeira natureza da futura luta – a confrontação entre a burguesia e o proletariado (...)” (HOBBSAWM, 1996, p. 46). Sendo assim, no primeiro momento se constituiria uma república democrática, seguindo por uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária e, uma ditadura do proletariado¹² que eliminaria as condições que possibilitam a apropriação e a concentração dos meios de produção pela burguesia, para, a partir de então, fundar uma sociedade sem propriedade privada, classes, exploração ou Estado.

¹¹ Intervenção nossa.

¹² Apenas depois da derrota de 1848, Marx concebeu a ideia da revolução proletária precedida pela burguesa.

No entanto, as revoluções de 1848, embora surgissem grandiosamente seus desdobramentos não foram os esperados.

Elas “deveriam ter sido” revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas. Poderiam ter-se reforçado umas às outras sob a liderança da França, impedindo ou adiando a restauração dos velhos governantes (...). Mas a burguesia francesa preferiu a estabilidade social em casa aos prêmios e perigos de ser, uma vez mais, *la grande nation* (ibid., p. 47).

As promessas feitas pela burguesia ao proletariado representavam uma ameaça à ordem. Seria preciso um embate decisivo para que as “concessões socialistas” fossem alijadas da república, para impor o caráter burguês à república, e isso se concretizou com a derrota de junho (ibid., p. 61). Esse triunfo teve o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, dos pequenos burgueses, da classe média, do exército, dos padres, dos intelectuais. Marx destaca que “do lado do proletariado parisiense não havia ninguém além dele mesmo. Mais de 3 mil insurgentes foram trucidados após a vitória, 15 mil foram deportados sem julgamento. Essa derrota relegou o proletariado ao segundo plano da cena revolucionária” (MARX, 2011, p. 35). Ficava claro que as frações de classes unidas no *Partido da Ordem* compartilhavam um temor comum, o socialismo e o comunismo, propalado pelo *partido da anarquia*. Preocupavam-se, portanto, em preservar a ordem, mesmo que burguesa.

As insurreições de junho despertavam na burguesia o receio de que se tratava do despontar de um processo revolucionário, entretanto impulsionavam um processo contra-revolucionário. A dominação de fato da burguesia republicana não durou mais do que seis meses, período em que foi redigida e proclamada uma Constituição (em 12 de novembro de 1848), que preconizava a eleição para a Presidência através do sufrágio universal. Nesta eleição (de 10 de dezembro), com supremacia absoluta dos votos ¹³, Luís Napoleão Bonaparte foi eleito.

Nesses escritos de Marx encontramos uma análise dirigida a interpretar a política pela infraestrutura social, como podemos observar em suas reflexões acerca da eleição de Luís Bonaparte.

¹³ Marx destaca que, com 5.500.000 votos, Luís Bonaparte conquistou a maioria dos votos da população francesa, e como a maioria da população é camponesa, concluiu que sua eleição foi ditada pelos camponeses.

O dia 10 de dezembro de 1848 foi o dia da insurreição dos agricultores. Foi só a partir dessa data que o mês de fevereiro começou a contar para os agricultores franceses. O símbolo que expressou seu ingresso no movimento revolucionário, canhestramente sagaz, ordinariamente ingênuo, grosseiramente sublime, uma superstição calculada, uma burlescária patética, um anacronismo simploriamente genial, uma travessura da história mundial, hieróglifo indecifrável ao entendimento dos civilizados – esse símbolo portava inconfundivelmente a fisionomia da classe que, no âmbito da civilização, representa a barbárie. A república havia se anunciado à classe camponesa na figura do *agente do fisco*; esta se anunciou à república na figura do *imperador*. Napoleão foi o único que representou exhaustivamente os interesses e a fantasia da classe camponesa que teve sua existência renovada em 1789 (MARX, 2012, p. 78-79).

Marx argumenta, entretanto, que os camponeses preferiram um símbolo napoleônico no lugar de uma personalidade republicana autêntica, uma *fantasia*, o sobrinho do Imperador Napoleão, e não o Cavaignac, um general republicano. Simbolizava a escolha por um chefe carismático, de um representante dos camponeses contra a “república dos ricos”. Para os trabalhadores representou a “deposição de Cavaignac, a derrubada da Constituinte, a renúncia do republicanismo burguês, a cassação da vitória de junho” (ibidem). A pequena burguesia ofereceu seu apoio por que acreditava que ele não se alinhava com a grande burguesia. A grande burguesia via na eleição de Luís Bonaparte o caminho aberto para sua atuação autônoma, sem dependência de aliados na luta contra a revolução. Aos nobres significava a própria restauração. Para o exército significava um golpe desfechado contra a Guarda Móvel e em favor da guerra. “Justamente por nada ser, ele pôde significar tudo, exceto a si mesmo” (Ibid., p. 80). Na análise de Hobsbawm, a eleição de Luís Bonaparte “significou que mesmo a democracia do sufrágio universal, aquela instituição identificada com a revolução, era compatível com a manutenção da ordem social” (idem, p.49-50).

Entretanto, a esperada tranquilidade social e estabilidade política não foi alcançada. Foram muitos os embates, travados entre Bonaparte e a Assembléia Constituinte, entre Bonaparte e os pequenos burgueses, entre a burguesia parlamentar e Bonaparte. Na Assembléia Nacional a situação não era diferente, especialmente após a promulgação da lei de maio de 1850 que abolira o sufrágio universal. Uma crise do comércio, que gerara insegurança econômica, adensou os conflitos. Em face de tamanho desgaste, Luís Napoleão Bonaparte desferiu o golpe que lhe manteve no controle do

Estado e lhe concedeu o poder que há algum tempo almejava e que a Assembléia boicotava. Inicialmente, proclamou o estado de sítio, a dissolução da Assembléia e o restabelecimento do sufrágio universal. Após nova eleição, na qual pode contar com 7.350.000 votos contra 646.000, Luís Bonaparte é eleito por mais dois anos e recebe todos os poderes para promulgar uma nova Constituição. Em novembro de 1852, um plebiscito somou 7.840.000 votos favoráveis à restauração do Império napoleônico, personificado em Luís Bonaparte, ou, Napoleão III.

O processo político que envolve o “golpe” de Luís Bonaparte evidenciou, na análise de Marcuse (2011), que a classe dominante sacrificava as suas próprias instituições em nome da ordem, para a manutenção do *status quo* e garantia de alguma estabilidade para que seus interesses econômicos fossem efetivados. Para Ianni (1982), é a crise de hegemonia que está na base do golpe de Estado de 1852. Situação em que a própria burguesia ou suas frações não estão em condições de exercer o poder, quando nenhuma das classes se mostra com capacidade, força, organização, suficientes para controlar o aparelho do Estado. Embora a crise de hegemonia se manifeste no âmbito das relações e estruturas políticas, não se trata de um fenômeno estritamente político, pois desponta, acenando com autonomia do poder estatal, mesmo que as instabilidades sejam políticas e econômicas. No entanto, mesmo que o poder estatal aparentemente paire sobre as classes sociais, ainda assim este poder se configura de acordo com as “determinações das relações capitalistas”. A crise do Estado resulta do agravamento das contradições de classes, nas quais a burguesia e o proletariado protagonizam suas lutas.

Os parâmetros metodológicos empregados por Marx em suas análises histórico-políticas estão assentados na teoria das lutas de classes. Os fatos políticos são interpretados a partir da classe social que detém o poder e substituindo a representação dualista (burguesia e proletariado) por uma representação mais complexa, distingue os grupos sociais que vivenciam os conflitos, estabelecendo uma correspondência entre os acontecimentos e conflitos políticos e as lutas das classes sociais. Fica evidente, por essa perspectiva, que é necessário “derivar os fatos políticos de efeitos advindos de causas em última instância econômicos (...) derivar os conflitos políticos de embates de interesses das classes sociais e frações de classes resultantes do desenvolvimento econômico” (ENGELS, 2012, p.9-10).

As revoluções de 1848 colocaram em questão as expectativas de que a Europa vivia um processo de mudanças revolucionárias. O horizonte político descortinado,

contudo, apontava para transformações sociais e políticas incontornáveis. Como a necessidade de se pensar nas singularidades de classe dos estratos médios da sociedade, do significado das mudanças liberais para o jogo político, o lugar da democracia na teoria e prática revolucionárias, as relações e possibilidades de alianças entre as classes subalternas a partir dessa identidade comum. As revoluções de 1848 colocaram em evidência, sobretudo, que as lutas políticas do proletariado deveria se firmar num trabalho de desenvolvimento de uma consciência de classe revolucionária.

1.3: O *Manifesto* como elaboração teórica e prática para um partido revolucionário

Vivemos numa era em que o cenário político parece não ser muito acolhedor para as discussões sobre revolução e partido revolucionário. A descrença em transformações políticas e sociais revolucionárias tende a atacar também as perspectivas do partido como instrumento organizativo da classe trabalhadora. Mesmo que tenha se proclamado o *fim da história* e a supremacia do capital no horizonte político desse novo século, de modo que caberia a todo movimento contestador dessa ordem o conformismo como única alternativa diante da “inalterabilidade” do sistema capitalista, ainda assim, é um equívoco pensar que a existência de um processo de organização revolucionária do proletariado seria um fato redundante. Os problemas centrais dessa época permaneceram latentes até a atualidade: a burguesia e o proletariado como classes fundamentais de nossa sociedade, as lutas de classes que surgem daí, a extrema e grave desigualdade social, o Estado capitalista como instituição máxima da sociedade à gerir a ordem do capital e alimentar as condições de sua expansão. Portanto, no horizonte da democracia moderna não devem ser excluídas as possibilidades de reflexão sobre as alternativas políticas que despontam de nossas contradições. A respeito da relevância e atualidade das reflexões acerca do partido e de sua capacidade mediadora da *práxis política* Braz afirma que:

(...) na medida em que os fundamentos centrais que movem a ordem burguesa e que reproduzem suas contradições e antagonismos continuam intactos (ainda que com novas roupagens), sustento que, a despeito de toda a indiscutível crise por que passa, o partido foi e continua sendo o principal instrumento coletivo de classe que pode, historicamente, ser o dirigente do processo revolucionário. As notórias

dificuldades atuais não retiram do partido essa condição (BRAZ, 2011, p.18).

Os movimentos que lutam pela emancipação dos trabalhadores enfrentam dificuldades emanadas da crise dos instrumentos políticos de mediação que outrora elevaram as lutas das massas trabalhadoras a uma condição política de maior destaque.

Os partidos políticos se constituíram motivados pela possibilidade de agir pela classe trabalhadora e para a classe trabalhadora, buscando o desenvolvimento de uma orientação teórica que expresse os interesses comuns das classes trabalhadoras e admita capacidade de direção no cenário das lutas de classes. Ao longo desse período de organização das formas de associativismo que se desdobraram na construção dos partidos o processo revolucionário esteve em movimento em diversos países. Os socialistas e comunistas compuseram o movimento de tessitura dos primeiros partidos, daí a importância dada aos teóricos, dirigentes, lutadores que formularam ideias, princípios e estratégias de lutas mediadas pela organização política dos trabalhadores. Portanto, a noção de partido revolucionário deve estar baseada na aceção de que

(...) sua emergência faz parte do processo de constituição do sistema moderno de partidos políticos, do qual os partidos operário-socialistas são as protoformas. O partido político de tipo comunista é representante nobre do partido político moderno (BRAZ, 2011, p.19).

Os partidos políticos nascem depois dos partidos socialistas. Apegada a uma interpretação crítica da história, os primeiros partidos trazem a especificidade de se constituir como uma organização política dos trabalhadores que se volta contra a sociedade burguesa e suas contradições (CERRONI, 1982).

Desde meados do século XIX, havia sinais de que a classe operária começava a se organizar. E tomar a direção das lutas com o fim de potencializá-las em sua radicalização para um processo de transformações sociais mais amplas, implicava à necessidade emergente de elaborar uma teoria da revolução. Em consequência, importava conceber uma forma de organização política dos trabalhadores capaz de dirigir e orientar essas lutas. Marx e Engels introduzem os alicerces conceituais que marcaram definitivamente a direção dos debates teóricos e políticos no universo socialista e comunista. Se estes não inauguram o debate em torno da ideia de partido e revolução, de certo, o refundam sobre novas bases. No texto de 1848 estão os esforços

dos autores na busca por uma primeira sistematização teórica-política do tipo de organização do proletariado. O partido é avaliado como o mais amplo instrumento de ação política do proletariado, capaz de constituir a subjetividade dos trabalhadores e encaminhar as suas lutas.

Os conflitos da sociedade burguesa resultam da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. No *Manifesto*, o desenvolvimento histórico da burguesia e das forças produtivas é analisado de maneira dialética. Assim como já havia demonstrado em *A ideologia Alemã*, é relacionando-os, confrontando-os que Marx procura revelar suas contradições, presentes nas lutas históricas da burguesia com as relações feudais de produção, no conflito das forças produtivas com as relações burguesas de produção, mas presentes também nos conflitos que engendram a produção do capital e a existência do proletário como classe que o produz e que pelo capital é produzido. Embora identifique que apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária, a burguesia é tratada no *Manifesto* como uma classe que “desempenhou na História um papel iminentemente revolucionário”, transformando os instrumentos de produção, as relações de produção e as relações sociais. (MARX e ENGELS, 2012, p.42).

Para Marx, a “época burguesa” seria marcada pela contínua “subversão” da produção e pela conseqüente agitação e insegurança. Não apenas as antigas relações seriam dissolvidas nesse processo, mas também as concepções e ideias que as seguem. “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens”, afirmava Marx (Ibidem, p. 43).

Entretanto, a burguesia também é afetada pelas contradições que são intrínsecas ao modo de produção capitalista. “As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia” (ibidem, p. 45). O processo de desenvolvimento das forças produtivas aponta para um conjunto de contradições que ameaçam a própria ordem burguesa. O enfoque histórico realizado no texto de 1848 permite compreender as relações burguesas não como imutáveis, mas pertencentes ao um longo processo de evolução e desenvolvimento marcado, especialmente, pela transformação das relações antigas através de mudanças das estruturas produtivas impulsionadas pelas contradições entre forças produtivas e relações de produção.

É desse conjunto de contradições e antagonismos que desponta o processo de constituição do proletariado, que se desenvolve na medida em que se desenvolve o próprio capital. Essa classe, segundo Marx, só vive enquanto têm trabalho e “só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital” (ibidem, p.46). Portanto, o proletariado é fundamental aos interesses da burguesia, na medida em que é ele o produtor do capital, mas se torna, nessa relação de produção, uma simples mercadoria comerciável. Para Sánchez Vásquez (2011), nos escritos de Marx anteriores ao *Manifesto* de 1848, o proletariado é apresentado por um conceito especulativo e antropológico, um “ser que encarna o sofrimento humano”, o proletário é um “revolucionário que luta em virtude do caráter universal humano de seu sofrimento”, é considerado “a negação da essência humana”. É pela negação que Marx compreende a possibilidade da emancipação, mas isso lhe exige buscar o conhecimento dos fundamentos das condições da práxis revolucionária do proletariado, nesse caso, analisar as condições do proletariado enquanto operário, não apenas atentando para o proletário como “sujeito da práxis revolucionária”, mas também como “sujeito da práxis produtiva” (ibidem, p.123). Este empreendimento é realizado a partir do *Manifesto*, mas especialmente em *O capital*, quando identifica o proletário como membro de uma classe desprovida de meios de produção e que, por isso, vende sua força de trabalho como mercadoria, produzindo *mais-valia*. Nesse caso opera uma conexão entre as duas práxis, a revolucionária e a produtiva, por compreender que a fundamentação dos elementos que condicionam a alienação do trabalhador está na atividade prática, material, do proletário no processo de produção.

Para Marx, o proletariado é produto e condição para o desenvolvimento capitalista e para a existência do capital. As condições de vida do trabalhador são agravadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, dessa forma as contradições são alimentadas até um nível no qual a burguesia não pode estender o seu domínio sem que tais contradições não ameacem a própria estabilidade da sociedade. Assim, a missão histórica do proletariado é empreender a revolução contra a ordem burguesa, visto que o próprio desenvolvimento do capitalismo produz as ameaças à sua própria existência. Segundo Fontes (1998), o proletariado concentra a possibilidade de construir a socialização completa da estrutura produtiva e da vida social, isso por conta do seu lugar na estrutura produtiva, por sua importância na sociedade capitalista e pelas lutas que empreende. Em sua análise Marx não reduz essa luta ao espaço social do

proletariado, mas devem ser incluídos outros segmentos sociais, “o processo permanece histórico: a possibilidade não é mecânica ou assegurada, ela existe como tal (...) no próprio processo, mas depende para sua realização da ação política”.

Marx descreve a realidade concreta do proletariado no modo de produção capitalista. Sua análise se detém tanto nessa classe tomada como produto e condição do desenvolvimento capitalista, como ressalta o processo histórico no qual a classe trabalhadora desenvolve a consciência de si como classe revolucionária. Portanto, observa que os trabalhadores lutam de forma isolada contra os burgueses capitalistas, inicialmente, e “dirigem os seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção”. Nesse quadro, não se pode falar no proletariado como classe, pois ainda se encontram dispersos, a união dos trabalhadores não ocorre como resultado de uma ação política, mas pelo interesse dos burgueses em concentrá-los ao alcance de suas motivações econômicas. As lutas que empreendem atendem mais aos interesses da burguesia do que aos seus próprios.

Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado cresce numericamente e sua força é ampliada conquanto desenvolva uma consciência de sua dimensão e importância como classe social. Assim, gradualmente, os operários formam associações em torno da luta por conquistas econômicas, como as que envolvem o salário. Essa mobilização desponta, vez ou outra em motins, destaca Marx, no entanto

O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores (...). Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. *Mas toda luta de classes é uma luta política*¹⁴ (MARX, 2010, p.48).

Marx coloca em destaque o caráter político das lutas de classes, que devem ser dirigidas contra o poder político, daí a necessidade de “organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político”. Entretanto, o processo de organização do proletariado como classe se desenvolve no processo de lutas que engendra contra outras classes, pois através de um processo de conflitos e contradições, adquire experiência e consciência de seus interesses como classe em oposição radical aos interesses da burguesia. A partir de então, compreende que seus interesses só podem ser atendidos com a transformação de toda a estrutura produtiva e de poder da classe burguesa, ou

¹⁴ Grifo nosso.

seja, apenas com uma revolução. Nas palavras de Fontes (idem) “a revolução é também uma construção social”, as formas de lutas construídas a partir das experiências dos trabalhadores produzem mudanças na configuração das lutas de classes e na tensão entre o trabalho e o capital, e apontam para novas possibilidades, pois gradativamente “constróem-se formas de solidariedade, a luta isolada vai acumulando indícios e forças, estabelecendo alianças por indústrias, por localidades, (...) para, em seguida, generalizar-se a aliança tanto a nível nacional quanto (...) a nível internacional”, e é essa a proposta ditada no *Manifesto*, que a luta dos trabalhadores não seja uma luta restrita aos contornos geográficos de uma nação.

A organização do proletariado como classe, de acordo com Sánchez Vásquez (2011), significa também a sua constituição como “sujeito da práxis revolucionária”, ou seja, como agente histórico da revolução. A organização do proletariado significa para Marx organização como classe e como partido. É uma classe que tem consciência de sua situação histórica e por isso luta contra a ordem capitalista, contra a exploração da burguesia. “Nesse processo prático, a classe atua como partido: é a *classe-partido*” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2011, p. 169). Para este autor, os conceitos de classe e de partido admitem alguma reciprocidade, pois o partido não é um setor da classe, mas o “*partido-classe*”. “O partido existe desde que existe a classe e a classe existe desde que funciona como partido” (ibidem). Trata-se de um conceito amplo, pois o partido pode agregar uma organização política específica, como um sindicato ou qualquer outra, e devem ser consideradas como classe, e não frações ou setores da classe trabalhadora, desde que lutem contra a burguesia, e essa luta deve ser econômica, política, cultural, ideológica.

Para Marx e Engels os comunistas constituem a parte mais resoluta dos partidos operários, são eles que impulsionam as demais frações do proletariado. Contudo, tal formulação não deveria gerar, segundo Sánchez Vásquez, a conclusão de que os comunistas teriam o monopólio das lutas ou da direção do processo revolucionário. Marx os destaca por uma compreensão teórica mais nítida, por um conhecimento mais preciso das condições e do movimento histórico do proletariado, sem que isso signifique que os comunistas formam um partido a parte dos demais partidos operários.

Embora não demonstre que os comunistas destoam em seus objetivos de todo o proletariado, pois lutam também pela “constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”, Marx destaca

algumas distinções e vantagens que os comunistas possuem em relação aos demais partidos de trabalhadores. Nas lutas dos proletários, os comunistas representam os interesses comuns de todo o proletariado independente da nacionalidade, dotando o seu movimento de um caráter internacional. Os comunistas representam em cada fase das lutas contra a burguesia os interesses do movimento em seu conjunto. Os comunistas se destacam ainda por possuírem um esclarecimento maior quanto a conjuntura política que envolve suas lutas, pois suas construções teóricas

não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos (ibidem, p. 51-52).

Portanto, como suas proposições teóricas estão baseadas na análise do movimento real, nos elementos que compõem a situação política, econômica, social em sua concretude, e não em ideias especulativas sobre o real e suas possibilidades, Marx demonstra que sua interpretação aponta para um claro distanciamento entre os comunistas e os socialistas utópicos. Segundo Sánchez Vásquez (2011), a partir do texto de Marx e Engels é possível definir o partido comunista “como a própria classe em seu mais alto nível de combatividade e consciência”, no que estaria enraizada a superioridade sobre outros partidos e frações da classe. Tal consciência de classe reflete o conhecimento que tem o proletário de sua condição objetiva, de um indivíduo expropriado de meios de produção, que vive por que vende sua força de trabalho para os capitalistas, mas também indica a compreensão de sua condição subjetiva, de um ser humano que se percebe explorado e sente a necessidade de se organizar para lutar contra essa situação. Os operários desenvolvem a consciência gradualmente, através de um movimento de transição de uma condição de “classe em si” à condição de “classe para si”, como salientado no texto de *A miséria da filosofia* de 1847:

Primeiro as relações econômicas transformam a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Assim esta massa já é uma classe frente ao capital, mas não ainda para si mesma. Na luta, da qual não assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui como classe para si mesma. Os interesses que ela defende se tornam

interesses de classe. Mas a luta de classes é uma luta política (MARX, 1989, p.218).

Assim, compreende-se que o sujeito do processo de construção de uma consciência de classe é o próprio proletariado, e o partido, como produto dessa classe, reflete o nível de sua consciência e da capacidade organizativa de sua luta. De acordo com Sánchez Vásquez, “o partido não é (...) uma vanguarda exterior à classe, o setor que a dirige, mas, sim, o que expressa o nível alcançado por ela em seu processo de autoemancipação e autodireção” (op. cit., p. 171).

O conceito de práxis defendido por Marx se expressa em alguns elementos destacados no texto de 1848, como a concepção da missão histórica do proletariado – o sujeito da práxis revolucionária, da transformação radical do mundo através do processo de sua emancipação –, a unidade entre teoria e prática na práxis revolucionária e o partido político como expressão da classe e instrumento político coletivo da emancipação do proletariado. As concepções desenvolvidas no *Manifesto* oferecem as bases conceituais para os partidos e organizações revolucionárias que se constituíram ao longo dos séculos XIX e XX. Muitas formulações teórico-políticas que foram elaboradas posteriormente tiveram que se compor a partir das interpretações que eram realizadas das noções expressas no *Manifesto*, mesmo que sob novas determinações históricas. Deram continuidade à tradição marxista de modo a torná-la a principal referência dos movimentos revolucionários do proletariado, balizando uma tradição teórica, crítica e prática que atrelou as formulações de Marx e Engels, e as que partiram desta raiz, ao movimento do proletariado e de suas organizações. Dessa forma consolidavam um espaço reflexivo dirigido às questões práticas políticas dos trabalhadores em luta, tornando a teoria uma “força material” a serviço dos homens (BRAZ, 2011, p. 32). Numa demonstração clara que no cerne de suas expectativas estava a compreensão de que já não bastava “interpretar o mundo de diferentes maneiras”, mas sim transformá-lo, Marx já demonstrava, desde o *Manifesto*, que nesse processo de transformação revolucionária da sociedade, que é possível ontologicamente, o protagonismo revolucionário cabe ao proletariado, classe que ao lutar e conquistar sua emancipação promove a emancipação de toda a sociedade.

1.4: Revolução proletária e partido em Lenin

Lenin foi um dirigente político revolucionário, um teórico e homem de ação que compreendeu as formulações de Marx acerca da dialética teoria-prática inerente a práxis e eficazmente as colocou em prática. Seu pensamento é teórico-prático e dirige-se, dialeticamente, para apreender os elementos da realidade capazes de fundamentar teoricamente a ação revolucionária. A importância de seu pensamento reside na capacidade de suas formulações teóricas se espriarem no movimento socialista internacional, estabelecendo os pilares da concepção de partido revolucionário que vigorou nos principais partidos comunistas.

Suas ideias refletem diretamente os conflitos que protagonizou. As principais elaborações que levam a constituição do que podemos chamar de uma “teoria do partido” resultam de seu envolvimento com as lutas políticas na Rússia desde o período pré-revolucionário até a Revolução de 1917. Seus escritos não refletem preocupação em definir construções muito rígidas, visto que pensava a teoria revolucionária como dependente das análises das circunstâncias que os envolvia, e logo, dinâmica. Refletem os embates travados com os populistas reacionários, com os reformistas, socialistas moderados, radicais pequenos burgueses, terroristas, oportunistas, obreiristas, entre outros, e demonstram suas preocupações com as questões práticas da luta revolucionária (BRAZ, 2011).

Ao chamar a atenção para as interpretações reducionistas e tergiversações do pensamento marxista acusa os intelectuais russos de mutiladores do marxismo. Para Lenin, não bastava a realização de uma interpretação esquemática da realidade ignorando a dinâmica da luta de classes, importava a capacidade de através de um trabalho científico de exame da realidade dar sentido às lutas dos trabalhadores, compreendendo-as como produto de determinado sistema de relações de produção, a fim de elucidar as condições de seu desenvolvimento (LENIN, 1975).

Colocava ênfase sobre a necessidade de fundamentar o pensamento revolucionário numa minuciosa e comprometida interpretação da realidade. Não apenas empreender adaptações de elementos da realidade aos esquemas interpretativos já esboçados. O trabalho teórico de Lenin é uma demonstração concreta de reflexão consequente a partir da análise dos problemas organizativos e políticos que despontavam ao longo das lutas revolucionárias. As conclusões teóricas que obtinha,

destaca Johnstone (1985, p.114), “eram verificadas e, se necessário, retificadas à luz da experiência ou da modificação das circunstâncias”. Acreditava que as teorias desenvolvidas por Marx não constituíam algo acabado e intocável, pelo contrário, defendia que era necessário dar continuidade, a partir dos seus fundamentos, para direções diversas a fim de que não distanciasse suas concepções da realidade.

Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899, Lenin demonstra sua capacidade de desprender a teoria de Marx – especialmente em *O capital* – da realidade observada por este para fundamentar sua análise, e aplicar tais doutrinas econômicas e métodos de Marx na interpretação das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo numa realidade histórica profundamente diversa, a Rússia. Portanto, se colocava contra as teses populistas de que na Rússia o desenvolvimento do capitalismo poderia ser evitado, passando diretamente ao socialismo, sem a vanguarda do proletariado, visto suas idealizações de que as comunidades camponesas seriam o gérmen e a base do socialismo. Dessa forma, Lenin antecipa os pilares de seu pensamento estratégico para o processo revolucionário, com sua concepção de hegemonia e aliança operário-camponesa (NETTO, 1982; LENIN, 1982). Fernandes (1988, p. IX) salienta que o talento crítico de Lenin é irradiado “na direção dos múltiplos temas do debate político socialista, imperante dentro da Rússia, e evidenciara um avanço teórico relativo comparável ao nível que prevalecia no exterior, no movimento socialista mundial”.

O período histórico de que é marcado por transformações substanciais, dentre as quais se destaca a ascensão política dos operários, especialmente nas grandes cidades que já se faziam sentir os efeitos do desenvolvimento capitalista e da industrialização, mas também a afirmação da burguesia enquanto classe dominante. Em *Que Fazer? :a organização como sujeito político*, publicada em 1902, seu objetivo é contribuir para o avanço das lutas proletárias, introduzindo uma noção de organização revolucionária e dotando as formulações marxistas de praticidade.

Desde o final do século XIX, as ondas de movimentos grevistas impulsionam Lenin à reflexão que se desdobra na compreensão de que as ações meramente econômico-sindicais resultavam em ineficácia, ou, quando atendiam a algumas demandas, logo eram contornadas pelos empregadores. Ficava mais nítido que apenas com uma organização revolucionária, com um partido que dirigisse as massas, as lutas

econômicas poderiam conquistar resultados políticos substanciais e permanentes (CARLO, 1976).

Lenin se coloca contra os “economicistas” e as influências de “teor socialdemocrata” de Edouard Bernstein¹⁵ na esquerda russa e no POSDR por considerar que suas teses representavam desvios do marxismo e comprometiam o movimento do proletariado ao oferecer um referencial que o distanciava dos reais objetivos do processo revolucionário. Na concepção de Lenin os socialdemocratas

negaram a possibilidade de fundamentar cientificamente o socialismo e de demonstrar, segundo a concepção materialista da história, sua necessidade e inevitabilidade; negaram a crescente miséria, a proletarianização e o acirramento das contradições capitalistas; declararam inconsistente o próprio conceito de “objetivo final” e rejeitaram completamente a ideia de ditadura do proletariado; negaram a oposição de princípios entre o liberalismo e o socialismo; negaram a teoria da luta de classes, dando-a como não aplicável a uma sociedade de fato democrática, governada conforme a vontade da maioria (LENIN, 2006, p. 108).

O revisionismo caracterizava-se como uma adaptação carregada de concepções burguesas que foram trazidas para o movimento socialista internacional, capazes de gerar torções não apenas nas concepções teóricas dos marxistas, mas também desvios na forma como se fundamentava os planos organizacionais e as próprias lutas e estratégias.

A concepção de partido defendida por Lenin remete a um partido composto por revolucionários, com a função de vanguarda e de dirigente das ações políticas. A rigidez estrutural e disciplinar almejada para o partido eram consideradas essenciais para afastar as lutas dos trabalhadores do “espontaneísmo” e para dirigi-las conscientemente na luta proletária de classe.

As tendências revisionistas dentro do movimento, segundo Lenin, produziram o desinteresse pelo desenvolvimento do pensamento teórico. Difundiam um marxismo empobrecido. Portanto, mostrava-se urgente ao partido do proletariado construir a capacidade de apreender os elementos da realidade histórica de sua sociedade, em seus traços cotidianos, das lutas, a fim que fosse possível a incorporação crítica de tais experiências à um arcabouço teórico capaz de fundamentar a prática revolucionária.

¹⁵ Suas obras *As premissas do socialismo* e *As tarefas da socialdemocracia* exerceram influências na socialdemocracia alemã e apresentavam uma radical revisão das concepções de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo, logo, produziam distorções nas interpretações acerca das etapas, estratégias e táticas do processo revolucionário.

Formulava como axioma crucial à solidez do movimento a ideia de que “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (idem, p. 128), pois “só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda é capaz de cumprir a missão de combatente de vanguarda” (idem, p. 129).

Segundo Lenin, apesar da classe operária ter o protagonismo das lutas de classes e se constituir hegemônica no processo revolucionário, a elevação de sua consciência à um patamar superior deve ser realizada pelo partido revolucionário. De acordo com Braz (2011)

só ele pode promover tal elevação de consciência a partir de duas condições: se estiver preparado teoricamente e politicamente para tanto, o que supõe a formação de quadros políticos capazes de instruir e educar as massas conforme as orientações programáticas emanadas dos objetivos estratégicos do partido; e se estiver – antes mesmo da deflagração do momento revolucionário do qual deve assumir a dianteira – profundamente enraizado nas fileiras do proletariado (p. 82).

A classe operária não encerra as características necessárias ao desenvolvimento de uma consciência revolucionária, apesar de se organizar em lutas por melhores condições de vida, salários e direitos, afirma Lenin. O papel do partido de vanguarda é explicitar ao mundo dos operários os mecanismos de exploração impostos pela burguesia e pelo sistema capitalista. Das lutas econômicas só pode despontar uma consciência sindical. Sobre as orientações teóricas das lutas do proletariado, Engels destaca ¹⁶ que

Os operários alemães têm duas vantagens sobre os operários dos demais países da Europa. Primeiro, pertencem ao povo mais teórico da Europa (...). A segunda vantagem consiste no fato de os alemães terem sido praticamente os últimos a se incorporar no movimento operário (...) se desenvolveu sobre os ombros dos movimentos inglês e francês, que apenas teve a possibilidade de tirar partido de sua penosa experiência, de evitar no presente os erros que, na maior parte dos casos, eram então inevitáveis (...) pela primeira vez desde que existe o movimento operário, a luta se desenvolve de forma metódica em três direções, coordenadas e inter-relacionadas: teórica, política e econômica (resistência aos capitalistas). É justamente nesse, por assim dizer, ataque concêntrico que reside a força e a invencibilidade do movimento alemão. (...) Principalmente os chefes deverão instruir-se cada vez mais sobre as questões teóricas (...) sem nunca esquecer que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, exige ser tratado como tal, ou seja, ser estudado. A consciência assim conquistada (...) deverá ser difundida entre as massas operárias (...) cada vez mais fortemente

¹⁶ Trata-se de uma referência a obra *A guerra camponesa na Alemanha*, de 1875.

alicerçado na organização do partido e dos sindicatos (ENGELS, apud. LENIN, idem, p. 129-131).

Para Lênin, a luta teórica tem uma importância tão relevante quanto à própria luta política e econômica, e isso não significa que em sua concepção estratégica figurasse qualquer priorização de alguma frente de luta, antes as enxergava como partes de um mesmo processo, fundamentadas no conhecimento da realidade.

O revolucionário russo dava bastante atenção, naquele contexto, ao tema da consciência socialista. Carlo destaca que o revolucionário russo “insiste na necessidade de um forte partido centralizado, fundado sobre o poder de ‘dez cabeças fortes’ que exerçam constante ação de guia, educação e politização das massas” (CARLO, 1976, p. 77). Em sua perspectiva, o partido é o agente de educação e politização das massas. E segundo a tese que “sem uma teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”, cabe a conclusão de que apesar do proletariado ter potencial revolucionário é apenas sob a direção do partido que suas lutas podem ser teoricamente orientadas, de modo a despertar uma consciência socialista. Logo, a consciência socialista não emerge das lutas proletárias, mas de fora, inicialmente, do partido, ou de seus intelectuais.

A história de todos os países demonstra que, contando apenas com as próprias forças, a classe operária só está em condições de atingir uma consciência trade-unionista, isto é, a convicção de que é preciso agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, reivindicar ao governo a promulgação desta ou daquela lei necessária aos operários etc. A doutrina socialista, ao contrário nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Por sua origem e posição social também os fundadores do socialismo científico contemporâneo (op. cit., p. 135).

Nessa passagem Lenin apresenta uma clara oposição à crença de que “a consciência socialista seria o resultado necessário e imediato da luta de classes”. A luta de classes e o socialismo têm origens paralelas, mas não possuem nexos causais. Segundo Lenin, a consciência socialista tem uma origem externa à luta de classes. O conhecimento político é substrato da atividade revolucionária, que se constitui na medida em que o progresso do pensamento teórico incorpora criticamente a experiência.

A luta dos operários, entretanto, não é desprezada por alimentar apenas uma consciência trade-unionista, as lutas econômicas compõem um momento essencial do

processo de organização política do proletariado. Para Lenin, “a socialdemocracia dirige a luta da classe operária não apenas para obter condições mais vantajosas na venda da força de trabalho, mas também para destruir o regime social que obriga os pobres a venderem sua força de trabalho” (LENIN, 2006, p. 166). Em sua perspectiva, trata-se de um engano, uma limitação, considerar que a luta econômica possui os elementos capazes de desenvolver uma consciência socialista. Para Lenin, essa consciência que deriva das lutas econômicas tem caráter sindical, que é corporativista e corresponde a política burguesa para a classe operária.

Cabe ao partido produzir o trânsito desse movimento espontâneo na direção de uma conscientização de matiz socialista. Processo que passa irremediavelmente pela organização de revolucionários instruídos e dedicados integralmente ao trabalho com as massas proletárias. Esse movimento deve ser amplo e abranger “todas as classes da população como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (idem, p. 196). A prática política deve ser fundamentada na teoria revolucionária construída a partir das análises da realidade concreta, em seus múltiplos aspectos, condicionando o conteúdo das táticas, estratégias, programas e concepções do partido (FALEIROS, 1989). O processo revolucionário “exige as condições objetivas, que são determinadas pelo desenvolvimento das relações de produção, pelo amadurecimento da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção”, mas, destaca Gruppi, também é essencial, em outro pólo, os elementos que o político revolucionário russo tanto salienta em *Que Fazer?*, “a revolução exige consciência, a iniciativa política, a intervenção do sujeito revolucionário, ou seja, da vanguarda proletária” (GRUPPI, 1978, p. 38),

A práxis revolucionária de Lenin é assentada na concepção da teoria enquanto conhecimento científico da realidade, transformável na medida em que é impelida pelos fins revolucionários. No entanto, não é apenas reflexão sobre a práxis, ela é “teoria da práxis, teoria que surge da prática, a ela serve e, ao mesmo tempo, está na própria prática como parte necessária e indissolúvel” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 218). A teoria, para Lenin, envolve-se com os espaços da organização, direção e desenvolvimento da prática revolucionária, tanto como deles emerge.

A teoria da revolução proletária de Lenin é a concepção materialista da história, que lhe permitiu compreender o desenvolvimento do processo revolucionário através das condições objetivas observadas na realidade russa, desdobrando-se na possibilidade

de “expressão conceitual da luta de libertação do proletariado”, ou seja, sua “teoria da revolução proletária”. A atualidade da revolução proletária deixava de ser apenas um “horizonte histórico mundial”, para se fazer presente no palco das lutas dos trabalhadores (LUKÁCS, 2012). Segundo Lukács,

A grandeza de um pensador proletário, de um representante do materialismo histórico, é medida, por isso, pela profundidade e pela amplitude da visão que ele tem desses problemas. Pela intensidade com que é capaz de entrever corretamente, por trás dos fenômenos da sociedade burguesa, aquelas tendências que vão em direção a revolução proletária, as quais, no interior e por intermédio dessa sociedade, alcançam a plena eficácia de seu ser e revelam-se como consciência clara (LUKÁCS, 2012, p. 29).

Pela dialética, a concepção de partido e de revolução de Lenin compreende a “necessidade das tendências históricas de desenvolvimento”, colocando o proletariado como o ator primordial das lutas revolucionárias, a “força autônoma na luta de classes” (idem, p. 39). Nesse quadro, o partido dirigente do proletariado deve se empenhar no desenvolvimento da consciência proletária de classe, mas também conceder “solidariedade e apoio a todos os oprimidos e explorados da sociedade capitalista” (idem, p. 50), o que seria necessário para o estabelecimento da relação entre os fins estritos e universais da revolução – a direção da revolução, em seu caráter proletário de classe e a emancipação de todos os trabalhadores no espaço nacional e internacional (idem, p. 50-51).

O materialismo histórico de Lenin lhe permite captar o sentido das lutas no plano da realidade concreta e transformar esse conhecimento em teoria para o *agir* político do partido, enquanto dirigente das massas. Lenin analisa conseqüentemente a realidade histórica para apreender os elementos que fundamentam e orientam a ação revolucionária (GRUPPI, 1979). Referenciando o próprio Lenin “a análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo”. Sua concepção de revolução proletária e de partido revelam sua práxis revolucionária.

2. O PAPEL INTELECTUAL DO PARTIDO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

2.1: Aspectos da produção intelectual do jovem Gramsci – atuação política e revolução na Itália

Quando teve início a publicação dos *Cadernos do Cárcere*, a partir de 1948, movimentando o debate em torno do pensamento de Gramsci, a Revolução Russa já figurava distante no quadro dos acontecimentos que poderiam despertar interesse entre os intelectuais que mobilizavam esse debate. O movimento operário italiano já vivia outro contexto e o PCI se encontrava dividido entre os adeptos da ortodoxia marxista-leninista e um grupo interessado em buscar uma aproximação com os intelectuais democráticos, inserindo Gramsci na tradição democrática nacional. Nesse caso, as referências intelectuais e políticas para ambos os grupos não passavam pelos acontecimentos de 1917 – pela resistência a qualquer perspectiva que não fosse a alicerçada no marxismo da URSS stalinista e pelo receio quanto às reações que o caráter revolucionário desse momento poderia despertar nos espíritos menos afeitos às propostas políticas radicais. Para Frosini (2017), esse processo nos ajuda a explicar o movimento no qual os intérpretes e estudiosos do pensamento de Gramsci não consideraram o ano de 1917 como um momento chave na compreensão da complexidade e totalidade de seu pensamento.

Não se trata apenas do período em que Gramsci se surpreende com a Revolução de 1917, se interessa por ela e produz artigos jornalísticos saudando-a. É um momento decisivo na constituição de seu pensamento, mas também de sua biografia política, abrindo-lhe um cenário onde sua militância, atividade jornalística e atuação partidária se tornam efetivamente mais fecundas. No entanto, consideramos o ano de 1917 uma importante chave interpretativa, especialmente se observarmos eventos que marcam sua atividade política e intelectual nesse período, como é o caso das insurreições que eclodiram em Turim em agosto desse ano. Desencadeada a partir dos protestos contra a escassez de alimentos, essas insurreições tomaram proporções maiores e acabaram por se dirigir contra os esforços de guerra, que impôs privações e dificuldades à vida

cotidiana das classes populares. Esse aspecto reflete sobre sua concepção de revolução, especialmente quanto à dimensão subjetiva das transformações que a guerra produziu sobre os trabalhadores. Por outro lado, a insurreição de Turim despertara uma forte ação repressiva sobre os socialistas que haviam se aproximado do movimento com expectativas de intervenção. Desmantelada a cúpula do PSI, Gramsci se vê impelido a tomar uma atitude mais central no partido, assumindo uma posição de direção e integrando um comitê provisório para a direção do PSI em Turim, além de admitir a responsabilidade sobre a redação do jornal socialista *Il Grido del Popolo* (RAPONE, 2014, p.90-91).

Gramsci pôde, através dessa posição, levar adiante um projeto que será alvo de suas preocupações durante muito tempo, o de empreender uma atividade de organização política através de um trabalho educativo, de popularização das ideias socialistas junto aos trabalhadores mediante intervenção em jornais¹⁷. Este trabalho cultural volta-se para a difusão de uma concepção de socialismo como uma “reforma moral”, para uma elevação das consciências e do crescimento intelectual do proletariado, ação fundamental para o projeto socialista. Ainda em 1916, Gramsci já demonstrava a importância que considerava ter o trabalho cultural no preparo das grandes transformações revolucionárias. Respondendo a um artigo do sindicalista Enrico Leone, que negava uma dimensão cultural, intelectual ao proletariado, Gramsci afirma

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade (...) essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios de convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. O que significa que toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregado de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de

¹⁷ Desde sua adesão ao PSI, Gramsci se envolve com atividades culturais com o intuito de promover debates e a conscientização dos trabalhadores, participando de grupos de leituras, cursos ministrados nas fábricas, clubes de correspondência. Visava, desde então, um trabalho de elevação cultural das massas proletárias.

solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (GRAMSCI, 2004a, p. 58-59).

Gramsci se empenha na constituição de um órgão dedicado a promover debates sobre questões de interesse geral para as lutas do proletariado, mas que não fossem dirigidos às questões políticas mais urgentes do movimento operário. Tratava-se de criar espaços formativos capazes de refletir e fortalecer as bases teóricas da ação socialista. Sua proposta era de que essa “associação de cultura” fosse um órgão do movimento operário, trabalhando em conjunto com os jornais, as associações do partido para o crescimento intelectual dos trabalhadores (RAPONE, Idem, p. 93-94). Embora tenha encontrado resistência à suas propostas junto ao PSI, essa dimensão cultural da luta de classes ocupou um espaço fundamental no pensamento de Gramsci até sua prisão em novembro de 1926. Enfatizava, sobretudo, a importância de um trabalho de formação política junto aos trabalhadores, a fim de aprofundar a consciência quanto às estruturas excludentes da sociedade capitalista, a necessidade de superar as concepções econômico-corporativas da luta do proletariado e potencializar as ações políticas a partir do profundo conhecimento da realidade (MORAES, 2014).

Em fevereiro de 1917, Gramsci organiza a publicação do único número de *La Città Futura*, uma revista da Federação Juvenil Socialista do Piemonte, para a qual redige todos os artigos, além de divulgar escritos de Benedetto Croce, Armando Carlini e Gaetano Salvemini. Como uma publicação de caráter propagandístico e educativo, Gramsci escolhe os temas que a integram de modo a dar uma uniformidade em sua formulação acerca do processo de formação da consciência socialista na juventude. Tema que o preocupa de maneira ampla.

Nesta publicação única denuncia as influências mecanicistas e positivistas no socialismo, que se desdobravam em posicionamentos fadados ao impasse, à inércia, à passividade. Chamando a atenção para o caráter imprevisível dos fatos concretos, Gramsci ressalta a necessidade de construção de uma “vontade coletiva”, que seja concreta, que tenha uma “finalidade universal concreta” na constituição de uma ordem socialista. Nesse quadro, a “ordem” surge como um conceito chave e sintetizador das características de um arranjo social e político, é a ordem “sobre a qual as expressões se baseiam e em torno do qual giram com maior ou menor aderência, segundo a forma histórica concreta que os homens, os partidos e o estado assumem” (GRAMSCI, 2004b, p.76-77). Dessa forma, sua perspectiva rompe com o imobilismo do mecanicismo, que

se assentava na crença da inevitabilidade do socialismo como algo determinado do processo histórico, colocando em relevo que as ordens atuais foram geradas pela vontade. Portanto, sua transformação passa pelo empenho em possibilitar que a concepção senso-comum do Estado burguês, como “ideia-limite”, dê lugar a uma compreensão do Estado como “ideia-mínima”, que deve ser superada pela substituição desse Estado por conta de sua universalidade ser restrita aos interesses da burguesia e não da classe universal, o proletariado. Por isso, Gramsci se posiciona contra a passividade e a indiferença, tratando-as como um mal político que “atua poderosamente na história” e que deve ser combatido.

A indiferença é o peso morto da história. É a âncora que paralisa o inovador (...). É a fatalidade, aquilo com que não se pode contar; é o que abala os programas, inverte os planos mais bem construídos; é a matéria bruta que se rebela contra a inteligência e a destroça. O que acontece, o mal que se abate sobre todos (...). O que acontece não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas sobretudo porque as massas dos homens abdica de sua vontade, deixando que outros façam, que se formem os nós que depois só a espada poderá cortar, que se promulguem as leis que depois só a revolta fará abrogar, que subam ao poder os homens que depois só um motim poderá derrubar (ibidem, p. 84-85).

Sua ênfase sobre esse fatalismo que recai sobre os socialistas se converte num chamado à ação, ao posicionamento, para que se tome partido nas lutas de seu tempo e construa o protagonismo dos trabalhadores na construção da história como “obra inteligente dos cidadãos”.

Segundo Dias (2017), a partir de 1917, a questão da cultura é dotada de outro sentido. Gramsci se volta contra o “doutrinarismo”, que, reflexo de uma cultura determinista, fortalece as concepções acerca da inevitabilidade do socialismo. Ou seja, parte dos socialistas acenavam com uma perspectiva mais positivista do que dialética do processo de luta de classes, como se não fosse necessário o trabalho de elaboração política a fim de nortear a compreensão da realidade e a intervenção transformadora do proletariado (DIAS, 2017, p. 61-62). Gramsci combate veementemente essa visão determinista junto a militância, destacando a necessidade da criação de espaços de debates livres voltados para a difusão de uma cultura socialista. Tratava-se de basear a “intransigência da ação” na “tolerância na discussão”, caracterizando-as como uma ação assentada na vontade coletiva, numa “meta racional” elaborada a partir da discussão e

convicção da coletividade na racionalidade dessa meta, daí a necessidade de total tolerância quanto às discussões para possibilitar a intransigência nas ações, revelando os contornos dessa coletividade enquanto vontade racional e coerentemente estabelecida (GRAMSCI, 2004c, p. 118-121).

Por essa perspectiva, a cultura é tomada em sua dimensão política, e logo, deve ser democrática, no sentido da acessibilidade à suas questões e debates, e deve ser organizada, com vistas à constituição da hegemonia (DIAS, *idem*, p.62). Essa preocupação está presente nas análises que Gramsci empreende acerca da Revolução Russa. Diferente das interpretações que circulavam à época, a Revolução de 1917 é considerada uma revolução proletária, justamente por sua capacidade de construir uma subjetividade revolucionária que, baseada na universalidade do projeto proletário, possa se opor ao determinismo, que levava os socialistas à inércia, e ao jacobinismo burguês, que tendia a afastar o processo revolucionário dos ideais do proletariado e das questões mais estruturais da revolução. Por isso, Gramsci é enfático ao argumentar que a revolução exige a presença ativa dos revolucionários junto às massas proletárias a fim de revelar o “fato revolucionário” também como um “fato moral”, cultural, que toca os espaços dos costumes da sociedade (GRAMSCI, 2004f, p. 100-102).

Combatendo o idealismo, o determinismo e o reformismo, Gramsci procurou orientar as classes trabalhadoras quanto à necessidade de estabelecer uma formação cultural e política que dê bases para a revolução na Itália – assim fez, mesmo distante dos eventos da Rússia revolucionária e com pouco acesso a informação, o que o aproximou de uma perspectiva idealizada da revolução. Nesse ponto, fica nítida a preocupação de Gramsci com a “tradutibilidade” da experiência histórica, com suas concepções e práticas, para a aplicação em realidades externas à experiência russa.

A pregação socialista pôs o povo russo em contato com as experiências dos outros proletariados. A pregação socialista faz viver dramaticamente, num só instante, a história do proletariado, suas lutas contra o capitalismo, a longa série dos esforços que a tornavam abjeto, a fim de se tornar nova consciência (...). A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. (...) O povo russo passou por essas experiências através do pensamento, ainda que fosse o pensamento de uma minoria. Superou essas experiências. Agora se serve delas para afirmar-se (...) (GRAMSCI, 2004e, p. 128-129).

Dirigindo suas críticas às leituras economicistas no movimento socialista, Gramsci lança ênfase sobre a criação de uma vontade social coletiva entre os russos, exortando os socialistas e a massa proletária para a necessidade e possibilidade da intervenção humana nos rumos da história. Importava que esses acontecimentos fossem interpretados do ponto de vista socialista e que reverberasse na compreensão da revolução como uma possibilidade no horizonte das lutas políticas da Itália (MUSSSI, 2017, p. 104-106).

Nesse período, Gramsci se encontra numa posição marginal à direção do PSI, dedicando-se quase exclusivamente a atuação jornalística e mantendo-se atuante no trabalho de organização política e fortalecimento das bases do movimento socialista. Seu objetivo era adensar segmentos do seu partido contra a política reformista aceita pela maioria. O trabalho político-intelectual realizado nos jornais, como *La Città Futura*, *Il Grido del Popolo* e *L'Ordine Nuovo*, além de colocar o dirigente político sardo no quadro dos debates políticos nacionais, criticando a adesão e apoio do povo italiano, e dos socialistas, à guerra, denunciando os seus custos sociais sobre as classes populares, Gramsci pôde converter os debates sobre a revolução de 1917 num eixo temático, a partir do qual, elaborou suas críticas à cultura política italiana, à direção do PSI, e de onde pontua a superação dialética de sua própria formação idealista para uma adesão crítica ao marxismo (MUSSSI, 2017, p. 104-107). O ano de 1917 é rico nas possibilidades de compreensão do processo intenso e dinâmico no qual são gestadas as ideias colocadas por Gramsci nos fundamentos de sua atuação no *L'Ordine Nuovo* e nos conselhos de fábrica.

Após a repressão que se abateu sobre o PSI, o comitê provisório encaminhou a constituição de uma nova comissão executiva para a reorganização do trabalho partidário. Gramsci não figurava nesse grupo – manteve-se concentrado ao longo desse período em suas atividades jornalísticas. Ao longo desse período escreve textos que refletem sobre temas do cotidiano em *Avanti!*, mas se destaca, sobremaneira, o trabalho que empreende no *Il Grido del Popolo*, para o qual são apresentados textos mais densos e complexos voltados para compreender a ação socialista em seu país.

Suas intervenções discorriam sobre os temas que despontavam da “crise bélica” e da experiência russa, tentando compreender a forma como produziam reflexos na vida política e social, bem como nas relações internacionais e no desenvolvimento do capitalismo. Nesse quadro, a aproximação de Gramsci com a experiência bolchevique,

seu aprofundamento em relação ao marxismo, em especial com o pensamento de Lênin, tocam nos fundamentos intelectuais de sua concepção de socialismo, envolvida por um movimento de adaptação e integração, no qual se depara com questões que baseiam um processo de extração de referências para a compreensão da realidade concreta, buscando situar de maneira consequente elementos para a constituição de uma estratégia para o desenvolvimento de um processo revolucionário na Itália (RAPONE, Idem, p. 106).

Nas análises que Gramsci empreende sobre a guerra, a partir de 1916, fica em destaque a questão da mudança que o conflito teria gerado no plano das subjetividades dos povos, como ficava claro desde seu texto *A guerra e as colônias* no qual louva as demonstrações de “existência orgânica” expressa nos movimentos coloniais de crítica e reivindicação de “novas liberdades políticas”. Voltando-se, sobretudo, para a importância das lutas por educação, instrução técnica e profissional como forma de rompimento com as formas de tutela imposta pela colonização, Gramsci denuncia a contradição de um processo de colonização que se justifica por uma “missão civilizadora”, de países que anunciam princípios democráticos, mas que empreendem apenas a “dominação e a pilhagem da terra”. Em sua perspectiva, a estrutura da colonização se volta para a manutenção da subordinação de um território e um povo aos interesses capitalistas das metrópoles, de modo a inviabilizar qualquer possibilidade de autonomia, daí as restrições culturais impostas como mecanismo dessa dominação.

Os europeus não conquistaram colônias para criar nelas forças produtivas similares às de seus países, de maneira que se constitua uma espinha dorsal econômica que possibilite criar uma atividade política e social consequente. Os europeus obedeceram ao impulso de seus capitalismos e nas colônias criaram empresas capitalistas e não uma sociedade capitalista¹⁸ (GRAMSCI, 1916).

Suas críticas dirigem-se ainda para as contradições que a colonização produzira no âmbito econômico, mesmo nos interesses que mobilizam os europeus, pois os interesses industriais do sistema colonial estrangulam qualquer possibilidade de desenvolvimento das forças econômicas dos povos colonizados. Tal subordinação de uma economia aos interesses dos colonizadores produzira limitações de renda e de capacidade de desenvolvimento do comércio e da indústria locais, o que refletiria sobre as possibilidades de expansão dos benefícios do capital. Segundo Vacca (2016), dois

¹⁸ Tradução nossa a partir de Gramsci, Antonio. *La guerra et le colonies*, em: <https://www.investigacion.net/fr/la-guerre-et-les-colonies/>.

aspectos devem ser observados na referida análise: o caráter corporativo do nacionalismo e a função progressista do capitalismo dirigidos à imposição dos interesses econômicos restritos sobre o plano político. Nesse quadro, Gramsci se aproxima de Marx ao basear sua interpretação do fenômeno colonial na relação entre economia e política.

Gramsci apresenta a interpretação de que a interdependência econômica favorece a paz entre as nações e pode ser um mecanismo para evitar as guerras. O cosmopolitismo da economia tenderia ao conflito com o nacionalismo da política, o que estaria associado – diante da “vocação mundial” do modo de produção capitalista – à redução do papel do Estado na medida em que o capitalismo se desenvolvesse como forma econômica mundial. Em sua análise, o imperialismo não é apenas uma categoria econômica, mas histórica e política, e assim como a guerra, observada como reflexo do protecionismo e do nacionalismo – fenômenos políticos – não é tratada como expressão de leis econômicas.

É desse quadro de interpretações sobre a guerra que desponta a análise acerca das Ligas das Nações tratada por Gramsci como uma ação dirigida a produzir a compatibilização entre a política internacional e o comércio mundial, como “o grande Estado burguês supranacional que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o âmbito da livre concorrência e que possibilita a existência das grandes empresas, das grandes concentrações capitalistas internacionais” (GRAMSCI, 2004g, p. 136). Sua abordagem, segundo Vacca (2016), nos possibilita pensar que está no horizonte das preocupações de Gramsci a compreensão das relações internacionais com foco sobre uma “nova hegemonia” baseada na expansão do poder industrial, comercial e cultural dos países capitalistas mais avançados. Embora não use o termo hegemonia, mas “preeminência”, alguns elementos de sua compreensão futura acerca da expansão mundial do capitalismo já estão presentes nesse momento.

Posteriormente, numa análise acerca do Imperialismo, da guerra e da expansão do capitalismo, Gramsci volta ao tema agora tratando de “hegemonia mundial”. Em sua perspectiva, a estrutura do capitalismo apresenta-se, naquele contexto, como a expressão da sobreposição do capital financeiro ao capital industrial, dos grandes bancos à fábrica, do monopólio. Tal estrutura se constituiria de maneira orgânica como um desdobramento do capitalismo e não como um mero reflexo da guerra, como propunha Tasca, contra qual Gramsci se opõe nesse texto (GRAMSCI, 1920, p. 26-28).

Gramsci já havia se posicionado a respeito do capitalismo anglo-americano de maneira incisiva considerando a sua expansão como um processo de constituição de um “monopólio do globo”, capaz de proletarizar as nações subordinadas a partir de um violento processo de concentração da propriedade privada. Para Gramsci, o conflito entre um sistema econômico que se expande mundialmente, através de um violento processo de concentração de riquezas, do estabelecimento de poderosos monopólios e do aprofundamento de uma face financeira dessa economia, em choque com uma política que se assentava no recrudescimento de uma perspectiva nacionalista, desembocou inconsequentemente na guerra (GRAMSCI, 1919). Desse modo, ficava proeminente o debate acerca das contradições da guerra, refletindo especialmente na compreensão de que a revolução proletária poderia ganhar novo impulso na medida em que a guerra produzira mudanças na posição das classes subalternas e em sua psicologia.

É recorrente nos escritos de Gramsci após 1917 sua análise sobre os reflexos da guerra no campo das subjetividades dos trabalhadores. Possivelmente, podemos considerar que se trata de um momento de desenvolvimento de concepções estruturantes de seu pensamento, como evidenciamos no que tange a mobilização de uma concepção incipiente de “vontade coletiva”. Em seu célebre texto “A revolução contra *O capital*” argumenta que Marx não poderia prever a “guerra europeia” e muito menos que os sofrimentos impostos pela guerra criariam na Rússia uma “vontade coletiva popular”, como se fez evidente em 1917. Para Gramsci, “a guerra serviu para despertar as vontades. Através dos sofrimentos acumulados ao longo de três anos, tais vontades se puseram em uníssono muito rapidamente”. Vontade que resulta de um conjunto de experiências de classe que devem ser organizadas, afirma. “Normalmente, é através da luta de classes cada vez mais intensa que as duas classes do mundo capitalista criam a história”. Nesse processo, o proletariado primeiro reconhece sua condição de miséria, de explorado pela burguesia e se movimenta numa luta para melhorar suas condições mais imediatas, inicialmente, passando a um estágio mais organizado, “passando cada vez mais de caos-povo a pensamento organizado, tornando-se cada vez mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir a responsabilidade social, de converter-se em árbitro do próprio destino” (GRAMSCI, 2004e, p.127-128).

Em outro momento, Gramsci destaca que a guerra teria impulsionado o Estado italiano a um papel de regulamentador da produção material, viabilizando “uma forma

de truste da indústria e do comércio, uma forma de concentração dos meios de produção e de troca e um nivelamento das condições de exploração das massas proletárias” (GRAMSCI, 2004j, p. 264). E isso desempenharia um papel revolucionário na medida em que suas “consequências psicológicas” se associariam a um processo no qual trabalhadores, operários e camponeses, se desvencilharam gradualmente de concepções acerca de suas condições de vida, das relações sociais que teciam, do papel do Estado e da política, sempre carregadas de conformismo, de apatia e isolamento, refletindo em ações individuais para a satisfação de questões imediatas. Não havia um “espírito unitário” como o que a guerra possibilita entre os trabalhadores, concentrados pelo conflito num cotidiano comum de privações, disciplina e sofrimento. É desse meio que desponta uma identificação quanto à situação social de exploração e miséria partilhada por uma massa vasta de trabalhadores, de modo a possibilitar uma consciência da unidade da classe trabalhadora. Para Gramsci,

É sobre essa nova psicologia que se funda a propaganda comunista que irradia das cidades industriais e é com base nisto que se criam as hierarquias sociais livremente promovidas e aceitas através das experiências de vida coletiva revolucionária. As condições históricas da Itália não eram e não são muito diferentes das condições russas. O problema da unificação de classe dos operários e camponeses se apresenta nos mesmos termos: ela ocorrera na prática do Estado socialista e se fundará na nova psicologia criada pela vida comum nas trincheiras (GRAMSCI, Idem, p. 267-268).

Por tal análise, a experiência da guerra fundaria nas massas trabalhadoras os elementos de uma consciência quanto a uma “vida comum”, fundamentais para a constituição de vínculos e laços de solidariedade que dão base às possibilidades de disciplina e organização dos trabalhadores. Portanto, Gramsci retrata especificamente os efeitos de tal experiência sobre a “subjetividade”, ou a “psicologia dos camponeses”, colocando em destaque as novas condições para a educação das massas camponesas numa “concepção orgânica da luta de classes e na disciplina permanente necessária à reconstrução do Estado depois da catástrofe capitalista”. Propunha a inserção dos trabalhadores em “organismos da nova vida coletiva, em cujos funcionamento e prática as conquistas possam se solidificar, as experiências possam se desenvolver, complementar-se, dirigir-se conscientemente para a realização de um objetivo histórico concreto” (Ibidem, p. 269). Tratava-se de pensar a organização dos trabalhadores, numa

análise que identifica semelhanças entre as condições sociais e econômicas da Rússia e da Itália, da qual se ressalta a importância da aliança operário-camponesa para o movimento comunista. Seria necessário estabelecer a articulação entre a cidade e o campo adensando a propaganda comunista entre esses trabalhadores do campo, os proletarizados, que chegavam às cidades para o emprego nas fábricas. E posteriormente, deveria se estimular o desenvolvimento dessa ação dirigida à união dos trabalhadores do campo e das cidades nesse movimento de conscientização, de trabalho cultural, de ação sobre a subjetividade dos trabalhadores num contexto de luta de classes e de construção de um processo revolucionário. Para Gramsci, esse trabalho é de vital importância na medida em que

Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e camponeses. É indispensável que os líderes do movimento proletário e socialista compreendam isso. E é necessário que compreendam a urgência do problema de dar a essa força incoercível da revolução a forma adequada à sua psicologia ainda difusa (GRAMSCI, Ibidem).

É persistente sua ênfase sobre o trabalho de organização cultural do proletariado com vistas à dotá-los de autonomia na construção de sua visão de mundo e da compreensão das coisas mesmo, de forma ampla, privilegiando a totalidade das relações às quais estão inseridos no cotidiano da vida e do trabalho. Na linha dos pensadores idealistas, Gramsci compreende a associação entre esse trabalho educativo e a ação política (MANACORDA, 1990, p.30).

Os anos que circundam a experiência da Revolução na Rússia e da Primeira Guerra são decisivos para a orientação dada às reflexões e ações políticas de Gramsci nesse período que se estende até sua prisão. A tomada de posição de Gramsci voltada para romper com o imobilismo é anunciada nas páginas do *L'Ordine Nuovo*. Com um clamor à classe trabalhadora e ao partido, chama a atenção quanto à “responsabilidade histórica” de fomentar uma consciência de classe capaz de abranger a compreensão das contradições derivadas das lutas de classes e as possibilidades de transformação socialista da sociedade, subvertendo a exploração capitalista pelo caminho revolucionário. Daí sua preocupação com o cenário político descortinado com o fim da guerra: o *quê fazer* diante das imensas forças sociais que estavam mobilizadas pela guerra? Como organizar essas massas de trabalhadores numa forma política autônoma,

capaz de se desenvolver e de se apresentar como a “ossatura do Estado socialista”? Gramsci não hesita em responder com uma convocação ao “pensamento e ação”, pois “somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção”, somente assim seria possível alcançar a realização de tamanho objetivo. No entanto, “o Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada” (GRAMSCI, 2004k, p.245).

A questão que se apresenta de maneira urgente à Gramsci no contexto do pós-guerra é a articulação e organização dessas instituições no sentido de constituição de uma democracia operária que se contraponha ao Estado burguês e que contenha as condições para a superação dessa forma política. É um papel intelectual do partido “dar uma forma e uma disciplina permanentes a essas energias desordenadas e caóticas (...) é preciso fazer da classe operária e semiproletária uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência” (Ibidem, p. 246). Era necessário partir da “vida social” da classe trabalhadora, “rica em instituições”, de modo a tornar essas instituições e práticas organizadas de maneira geral na sociedade. “A fábrica com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas são os centros da vida proletária nos quais é preciso trabalhar diretamente”, defende Gramsci (Ibidem, p. 247).

Esse trabalho dirigia-se a “dar uma forma e uma disciplina permanente às massas”, considerando uma “experimentação política e administrativa” pela mobilização, esclarecimento e conscientização para com os deveres e direitos do trabalhador na perspectiva histórica de construção de um Estado proletário. Nesse horizonte, a experiência russa figura como fonte de inspiração e reflexão. Tratava-se de elaborar a teoria e a prática da revolução soviética na Itália, processo assentado na valorização de instituições sociais já vivenciadas pelos trabalhadores. Enquanto na Rússia esse trabalho se concentra nos *soviets* (conselhos de trabalhadores que agrupavam operários, camponeses e soldados e que constituíam órgãos de poder do Estado), na Itália Gramsci calcula que existe uma identificação clara dos *soviets* com as *Comissões Internas*, instituições de representação dos operários no interior das fábricas. Reconhecidas em 1919, as Comissões Internas voltavam-se para a defesa dos direitos dos trabalhadores, se colocando como uma espécie de extensão ou “correias de transmissão” dos sindicatos. Para Gramsci, as *Comissões* eram expressões do “trabalhador coletivo” que deveriam se empenhar em sua própria transformação em

Conselhos de Fábrica, de modo a agrupar e representar o conjunto dos trabalhadores, realizando sua unidade enquanto classe e se portando como um modelo para o Estado proletário.

É preciso estudar o que ocorre no seio das massas operárias. Existe na Itália, enquanto instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao *soviete*, que a ele se assemelhe por natureza? Algo que nos autorize a afirmar que o *soviete* é uma forma universal, que não é uma instituição russa, apenas russa (...). O *soviete* é a forma de autogoverno das massas operárias. Existe na Itália, em Turim, um germe, uma veleidade, um vislumbre de governo dos *soviets*? (...) Sim, existe na Itália, em Turim, um germe de governo operário, de *soviete*: é a comissão interna (GRAMSCI, 2004, p. 401-402).

O *soviete* é uma forma de auto-governo das classes operárias assentada sobre o poder dos trabalhadores. Na medida em que trabalha no intuito de desenvolver a consciência da unidade e importância desses trabalhadores na esfera produtiva, e em todos os âmbitos da sociedade e mesmo do Estado, o *soviete* adquire o caráter de totalidade, de expressão da universalidade do proletariado capaz de orientar uma vontade coletiva na luta pela superação de uma perspectiva econômico-corporativa das lutas, substituindo-a por uma luta política pela emancipação total dos trabalhadores.

A natureza essencial do sindicato é concorrencial, não é comunista. O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade (...). A ditadura proletária pode se encarnar num tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados escravos do capital. O conselho de fábrica é a célula primária desta organização (...). O conselho de fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes da organização do Estado proletário são inerentes à organização de um conselho (GRAMSCI, 2004, p. 287-288).

Gramsci colocava em ênfase no movimento socialista italiano a necessidade de um trabalho organizativo de conteúdo cultural a ser desenvolvido junto aos trabalhadores das fábricas, de modo a possibilitar a esse expressivo contingente “conceber a si mesmo como produtor”, o que envolvia um movimento de esclarecimento e conscientização capaz de orientar o trabalhador quanto a sua inserção no processo produtivo como um todo. Compreendendo, assim, sua existência enquanto proletário “como um momento necessário e ineliminável da atividade de um complexo

social” (GRAMSCI, 2004m, p. 300). Portanto, os trabalhadores deveriam reconhecer as formas em que se inseriam numa estrutura muito maior do que era possível perceber apenas no cotidiano das fábricas. Daí se esboçava a compreensão de uma “unidade” dessa grande estrutura que Gramsci quer relacionar em sua análise, na perspectiva de alcançar a totalidade das relações sociais que se desdobram desde a realidade concreta da fábrica, até à estruturação e dinâmica do modo de produção, à sociedade e ao Estado com suas múltiplas e amplas relações.

Então o operário é produtor, já que adquiriu consciência de sua função no processo produtivo, em todos os degraus, desde a fábrica até a nação, até o mundo. Então ele sente a classe e se torna comunista, já que a propriedade privada não é função da produção; e se torna revolucionário, já que concebe o capitalismo, o proprietário privado, como um ponto morto, como um estorvo que se deve ser eliminado. Então concebe o “Estado”, concebe uma organização complexa da sociedade, uma forma concreta da sociedade, porque ela não é mais do que forma do gigantesco aparelho de produção que reflete (com todas as novas e superiores relações e funções exigidas pela sua imensa magnitude) a vida da fábrica, que representa o conjunto, harmonizado, das condições necessárias para que a sua indústria, sua fábrica, sua personalidade de produtor viva e se desenvolva (Ibidem, p. 301).

De acordo com Coutinho (1989), nesse momento Gramsci teria incorrido naquilo chama de “erro corporativista”, ou seja, na medida em que concebe a fábrica como “território nacional”, ou uma unidade representativa dessa dimensão maior da sociedade, Gramsci não teria atentado para o fato de que a direção política e as relações de dominação que se estabelecem sobre a classe operária não se sustentam apenas pelo controle da produção material, mas também pelo controle das relações sociais de produção, abarcando a “totalidade das instituições sociais, políticas e culturais que asseguram a reprodução da vida social como um todo” (op.cit. p.17). Desse modo, destaca Coutinho, Gramsci também teria subestimado o papel do partido político como organizador da vontade coletiva, capaz de propor uma síntese que possibilita a conquista da hegemonia pelo proletariado, justamente nesse espaço para além da fábrica, a sociedade civil¹⁹. No entanto, há referências anteriores que nos instigam a pensar com certa cautela sobre esse diagnóstico que Coutinho nos apresenta. De modo que consideramos plausível pensar que se trata mais de um período de construção das

¹⁹ Pelo menos até 1926, Gramsci não havia produzido de maneira sistemática o conceito de *sociedade civil* ou sua teoria do Estado como síntese da *sociedade civil* e *sociedade política*.

ideias, de reorganização de concepções e conceitos que estão sendo vertidos em pensamento através de formulações elaboradas no incidir de sua atuação política. Refletem o envolvimento com as lutas concretas de seu tempo e com todas as contradições que daí despontam.

Em artigo para o *L'Ordine Nuovo*, no final de 1919, Gramsci já dava indícios que compreendia essa dimensão da atuação do partido político. Ao afirmar que “o partido socialista, com seu programa revolucionário, subtrai ao aparelho do Estado burguês sua base democrática no *consenso dos governados* ²⁰”, Gramsci demonstra compreender a importância da ação política que contemple a dimensão das “subjetividades” dos trabalhadores. Dirigindo-se ao desenvolvimento de uma consciência de classe e identificando-se com essa “consciência histórica das massas populares”, o partido deve ser o organizador e dirigente do “movimento espontâneo”, para difundir suas concepções através da “circulação de ideias, na manutenção intacta do *aparelho do governo espiritual* ²¹ no fato de que milhões e milhões de trabalhadores (...) sabem que a consciência histórica que os move tem uma encarnação viva no Partido Socialista” (GRAMSCI, 2004n, p. 310).

Não se trata de defender que há nesses escritos uma formulação concisa acerca do papel do partido político no processo revolucionário, mas não podemos ignorar que desde sua vivência nas fábricas, nos conselhos, no PSI Gramsci se mostra atento as contradições que sua práxis fazia emergir, expressando nesses textos formulações que estão em plena fermentação, num processo que tem seus resultados mais sistematizados, sim, nos *Cadernos*, mas cuja compreensão da forma como o seu pensamento se desenvolve pode ser, ao menos, instrutiva.

A preocupação com o papel do partido político como construtor de um trabalho, que é teórico e prático, com fins a uma transformação revolucionária da sociedade é algo visível no pensamento de Gramsci desde a juventude. Seus escritos são produtos dessa “práxis revolucionária”. Refletem a vivência das lutas pelo socialismo na Itália travadas por Gramsci desde tão jovem nos jornais socialistas, junto aos trabalhadores, nas fábricas, no partido. Traduzem, sobretudo, aspectos do seu pensamento, em formação, em contradição, ainda por ganhar contornos precisos, mas carregados de formulações teóricas, conceituais e análises, sobremaneira relevantes para a

²⁰ O termo “consenso dos governados” é mobilizado por Gramsci desde os escritos juvenis até o período do cárcere, estabelecendo uma associação clara com o conceito de hegemonia. Ver: La Porta (2017).

²¹ Grifo nosso.

compreensão da concepção de partido, mas também emblemático da importância de um trabalho organizativo de caráter cultural, a ser empregado junto aos trabalhadores, de modo compreender os mecanismos e contradições da exploração capitalista e do Estado burguês. Tratava-se de orientar o reconhecimento dessas contradições pelos trabalhadores, impulsionando o desenvolvimento de uma consciência de classe como elemento de uma vontade coletiva. São formulações que nos indicam ainda a importância de considerar a ação política como necessariamente baseada no conhecimento da realidade. Gramsci desenvolve um conjunto de reflexões sobre a experiência revolucionária na Rússia, sobre os *soviets*, viaja para a Rússia e permanece meses por lá para conhecer mais acerca do processo revolucionário impulsionado pelos bolcheviques, mas retorna a Itália, a fim de traduzir essa experiência para a realidade histórica de seu país.

A experiência do “biênio vermelho” (1919-1920), com a intensa atuação do movimento operário, nos Conselhos de Fábrica, com suas potencialidades e impasses, imprimira decisivamente em Gramsci a preocupação com o partido político. Inicialmente indicava a possibilidade de que o Partido Socialista Italiano pudesse se renovar, mas cede à ideia de que seria necessária a criação de um novo tipo de partido, que se colocasse como um sujeito político ativo capaz de guiar teórica e praticamente os trabalhadores na luta pela revolução. Gramsci defende então a fundação de um Partido Comunista.

O Partido Comunista, surgindo das cinzas dos partidos socialistas, repudia suas origens democráticas e parlamentares e revela suas características essenciais, que são originais na história: a Revolução Russa é a revolução realizada por homens organizados no Partido Comunista, que nele plasmaram uma nova personalidade, adquiriram novos sentimentos, realizaram uma vida moral que tende a se tornar consciência universal e meta para os homens (GRAMSCI, 2004h, p.420).

Gramsci se coloca contra uma tendência e uma concepção gravitantes no movimento comunista de sua época, que ignora a importância de se compreender o partido como o resultado de um processo dialético que abarca as massas revolucionárias e a organização de uma “vontade coletiva”. Ou seja, defende um partido que se coloque como organizador de uma “práxis revolucionária”, que rompa com a passividade, com o idealismo, com o fatalismo derivados de uma concepção positivista-evolucionista do

marxismo²². Sua perspectiva crítica decorria do fato de tal corrente considerar que a revolução proletária adviria como o resultado de uma inexorável lei do desenvolvimento econômico, da qual se prognosticava que o progresso das forças produtivas, naturalmente, levaria à uma polarização entre as classes sociais e à crise marcando o processo de colapso do capitalismo que abriria o cenário político à uma insurreição do proletariado (CATONE, 2017).

Essa concepção fatalista do desenvolvimento histórico, e logo, do processo revolucionário, era acenada, sobretudo pela corrente *maximalista* representada por Amadeo Bordiga. Por essa perspectiva, seria incoerente a conquista do poder político pela classe trabalhadora e a manutenção das instituições burguesas. Entretanto, a radicalidade de tal posicionamento reside na negação de que o partido tenha que se dedicar as disputas eleitorais em organismos da democracia burguesa, haja vista sua relação de conciliação, alijamento, desmantelamento, tutela dos trabalhadores no âmbito das lutas de classes. Essa interpretação de Bordiga e dos maximalistas, o absenteísmo eleitoral, se dirigia tanto aos Conselhos quanto ao partido. Considerando que a conquista do poder político era o único espaço de luta do partido e do proletariado que deveria concentrar as energias do movimento socialista, essa compreensão ignorava qualquer outro espaço de luta encetada pelos trabalhadores, seja nos Conselhos, nos sindicatos, na sociedade civil. Por isso, Bordiga criticava os adeptos do *L'Ordine Nuovo*, especialmente Gramsci. Considerava que era uma ilusão pensar que a classe operária poderia libertar-se da exploração de classe apenas a partir de conquistas econômicas e mantendo a burguesia como detentora do poder político através do controle sobre o Estado. Bordiga anunciava se colocar contra o “gradualismo”, o reformismo e tendências sindicalistas, que seriam, segundo ele, caminhos em que a hegemonia burguesa se sobreporia ao movimento socialista (TRAGTEMBERG, 1981, p.17-19).

O período entre 1917 e 1921 marca um processo no qual Gramsci esboça os traços de sua oposição às tendências reformistas e maximalistas no interior do PSI. No bojo dessa construção se desenvolve a superação com o idealismo neo-hegeliano, que

²² Para compreender as correntes que engendraram o processo de formação do PCI, ver: TOGLIATTI, P. *La formazione del gruppo dirigente del Partito Comunista Italiano nel 1923-1924*. Roma: Editori Reuniti, 1971. SPRIANO, P. *Storia del Partito Comunista Italiano. Da Bordiga a Gramsci*. Roma: Giulio Einaudi, 1967.

ganhará forma mais precisa após sua viagem à Rússia. A revolução de 1917, liderada por Lenin, se constitui um referencial para sua aproximação com o pensamento de Marx, e para a compreensão de que é preciso reconhecer a capacidade humana de atuar na história, e de atuar de maneira organizada numa coletividade capaz de expressar os anseios dos trabalhadores em sua universalidade de classe.

Seu empenho na construção do Partido Comunista Italiano, desde 1921, é reflexo dessa concepção que se forja a partir de sua inserção no movimento dos trabalhadores. O sujeito político revolucionário deve ser ativo e capaz de guiar as massas na constituição de uma vontade coletiva que fundamente a luta revolucionária. E isso impele Gramsci a constituir uma oposição também à direção bordiguiana do PCI, especialmente após as *Teses de Roma*²³, consideradas portadoras de um erro estratégico na medida em que defendia que a Itália estaria vivendo uma fase de expansão da socialdemocracia²⁴, e não do fascismo²⁵. Tratava-se, em tal análise, de combater o PSI e a socialdemocracia para a conquista de espaço político pelo PCI, o que seria criticado por levar o partido ao isolamento e ao sectarismo.

Após sua estada em Moscou (de maio de 1922 a novembro de 1923), Gramsci deixa evidente seu rompimento com traços de sua formação juvenil, tanto com os elementos do positivismo quanto do idealismo. A partir de então é mais bem definida a sua compreensão da revolução em sua dimensão internacional, e logo, sua maior aproximação com as teses da Internacional Comunista. Por outro lado, são reforçadas suas perspectivas acerca da importância da organização do partido e de seu trabalho cultural junto ao proletariado. Em face do avanço fascista sobre o poder na Itália, Gramsci também empreende um esforço intelectual para caracterizar a realidade política

²³ Resolução política do PCI votada no II Congresso do partido, em 1922, que expressava o posicionamento dos maximalistas, marcadamente destoante das formulações da Internacional Comunista. As *Teses de Roma* foram criticadas pelo seu teor ultra-esquerdista. A partir do III Congresso da IC, a relação dos comunistas com a socialdemocracia é revista e, mesmo Lenin, destaca a necessidade de aproximação com vistas à organização de uma “frente única” para a construção de um “governo operário” (ou “operário-camponês”) composto por comunistas, socialdemocratas e outros partidos populares. Bordiga resiste a aceitar as teses da IC até 1925.

²⁴ Segundo Coutinho (1989), falhas na interpretação gramsciana do fascismo guardaria relações com sua aceitação de parte das análises de Bordiga sobre o momento socialdemocrata na Itália, considerando, inclusive, que os socialistas seriam vanguarda da reação fascista a movimentação do proletariado.

²⁵ Gramsci é um pioneiro na formulação de uma teorização marxista do fascismo, considerando sua natureza de classe, como um movimento reacionário de massas, apoiado nas insatisfações da pequena burguesia e na atuação às margens do plano político institucional. Entre os textos que expressam as análises que Gramsci realiza sobre o fascismo, destaca-se *O povo dos macacos*, publicado em janeiro de 1921, *Socialistas e Fascistas* e *Subversivismo reacionário*, de junho e julho, e *Os partidos e as massas*, de setembro de 1921.

da Itália, captando o sentido de suas contradições e propondo orientações teóricas e práticas para a estratégia de transformação socialista. O ponto culminante desse processo de intensa elaboração teórica durante o período da juventude se dá com as *Teses de Lyon* e *A questão meridional*, de 1926²⁶.

Redigidas entre agosto e setembro de 1925, com a colaboração de Togliatti, as *Teses de Lyon* apresentam formulações teóricas e estratégicas ao partido para discussão em seu III Congresso²⁷, realizado em janeiro de 1926. Trata-se de uma síntese política capaz de expressar as compreensões que Gramsci desenvolve desde seu retorno de Moscou. Desde 1917, Gramsci se mostra atento à experiência revolucionária na Rússia, visando, sobretudo apreender elementos capazes de lhe possibilitar melhor compreender e orientar as lutas políticas de seu país. Em 1926, suas concepções marcam incisivamente sua oposição às tendências maximalistas e reformistas dentro do PCI. O período em que se manteve na Rússia contribuiu para o aprofundamento em relação ao pensamento de Lênin, para o conhecimento da experiência soviética e para a compreensão do papel do partido revolucionário.

As *Teses de Lyon* compõem um primeiro esforço de sistematização de uma teoria do partido à circular no PCI (DEL ROIO & NERES, 2013). Nesse momento, Gramsci já está ancorando suas análises no conhecimento direto da experiência revolucionária na Rússia e dos mecanismos da Internacional Comunista, de modo que suas formulações parecem confirmar sua convicção na validade dessa experiência, em especial, dos *soviets*. E para superar a inércia do partido como reflexo das tendências que do interior do movimento comunista “se desviam dos princípios e da prática da luta de classes” (GRAMSCI, 2004i, p.318), Gramsci defende que a tarefa fundamental da IC seja a transformação dos partidos comunistas em partidos bolcheviques²⁸, o que deveria ser realizado considerando a relação dos partidos com o movimento comunista internacional, suas disputas e a experiência histórica do movimento operário.

²⁶ Carta ao Comitê Central do Partido Comunista da URSS, de 14 nov 1926. In: *Escritos Políticos*, v.2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

²⁷ O Congresso foi realizado em Lyon, na França, entre 23 e 26 de janeiro, admitindo as propostas apresentadas por Gramsci com aprovação dos delegados superior a 90%, consolidando a abertura de um período em que a influência de Gramsci ganha mais destaque no PCI.

²⁸ Desde 1924, a IC propunha a bolchevização das seções nacionais do PC. Para dar corpo a tal processo os partidos comunistas deveriam ser partidos de massa, ter uma flexibilidade tática capaz de superar os dogmatismos e sectarismos, ser ideologicamente homogêneo em torno do marxismo e leninismo, e buscar uma reestruturação organizativa a fim de possibilitar a constituição de uma organização centralizada e disciplinada do proletariado.

O dirigente político e teórico italiano compreende que é necessário se opor as “tendências antimarxistas” no movimento comunista, e que o leninismo, “o marxismo da época do capitalismo monopolista, das guerras imperialistas e da revolução proletária”, é capaz de “reconduzir a vanguarda do proletariado à doutrina e à prática do marxismo revolucionário” (Ibidem, p. 319). As deficiências teóricas do partido, segundo Gramsci, implicaram na incapacidade de dotar o PSI de um caráter marxista, como um “partido marxista do proletariado”. Esta questão teria como desdobramento o afastamento provocado entre o partido, seus intelectuais, e o movimento real dos trabalhadores. Desse modo, o PSI não obteve êxito na formulação dos problemas fundamentais à organização política do proletariado, como a “opção de classe” e sua forma organizativa, a questão do programa e da ideologia do partido, o problema da estratégia e tática adotadas (Ibidem, p. 321).

Na sociedade italiana, considerando as especificidades do desenvolvimento do capitalismo destacadas por Gramsci, que considera a debilidade de seu desenvolvimento econômico, haveria um acordo entre setores da burguesia do Norte e os latifundiários do Sul, qual seja, o de um acordo entre as classes dirigentes para manter as grandes massas trabalhadoras subjugadas, impedindo que se tornem uma força revolucionária (Ibidem, p. 326). A relação de dominação e exploração do norte sobre a população meridional, segundo Gramsci, teria sido levada ao extremo sob o fascismo, o que descortinaria uma possibilidade de radicalização, encaminhando a *questão meridional* a outros termos, como um problema que só pode ser solucionado pela “insurreição dos camponeses aliados ao proletariado contra os capitalistas e os latifundiários” (Ibidem, p. 335). Portanto, os camponeses adquirem uma função revolucionária nessa formulação que está sendo desenvolvida acerca da “aliança operário-camponesa”.

Para Gramsci, as forças motrizes da revolução devem ser compostas pela classe operária, pelo proletariado agrícola, pelos camponeses meridionais e pelos demais trabalhadores do campo. Na Itália, o desenvolvimento do processo revolucionário demandaria ações sobre elementos subjetivos, como a capacidade da classe operária “adquirir uma figura política própria, uma consciência de classe resoluta e uma independência em face de todas as demais classes”, que lhe garanta possibilidade organizativa suficiente para “exercer de fato uma ação guia dos demais fatores e, em primeiro lugar, de concretizar politicamente sua aliança com os camponeses” (Ibidem, p. 338). Trata-se da compreensão do partido como um sujeito político coletivo que se

volta para compreender teoricamente os elementos que compõem o cenário das lutas de classes para que decididamente se coloque como guia das massas trabalhadoras na construção de uma vontade coletiva. O partido deve se empenhar no desenvolvimento de sua capacidade organizativa e mobilizatória junto às classes subalternas, a fim de fomentar uma consciência de classe para a revolução, que esteja assentada na unidade ideológica do partido, na coesão de classe, na capacidade de se apresentar aos trabalhadores estratégica e taticamente com coerência para a fundamentação de sua “práxis revolucionária” (Ibidem, p. 342). Nesse sentido, compreendemos que as *Teses de Lyon* traduzem o esforço de Gramsci em compreender, a partir de uma análise marxista da sociedade italiana, os desafios teóricos e práticos que se sobrelevavam ao partido comunista no processo de luta pela transformação revolucionária dessa sociedade.

2.2: A Questão Meridional como análise das lutas de classes - intelectuais, trabalhadores, partido e revolução

Marx constitui a referência fundamental para as análises da sociedade burguesa a partir de suas bases materiais e das relações daí provenientes. Contudo, a compreensão da estrutura e dinâmica das classes e a capacidade de avaliar a arena política numa determinada sociedade foram de grande valia também para Lênin, o teórico e dirigente político que pensou e viveu a prática de uma revolução. Sua concepção de classes, considerada a mais abrangente, no entanto, foi alvo de um processo de vulgarização e mutilação que a encerrou nos círculos estreitos de um determinismo econômico. Essa simplificação do pensamento de Lênin, e também de Marx e Engels, expressa no *marxismo-leninismo*, foi produzida pelo regime de Stálin, que converteu uma interpretação dinâmica das classes sociais e suas lutas numa leitura reducionista do processo histórico.

Ao longo do século XX, destacados pensadores se empenharam em combater as interpretações vulgares do marxismo que se desdobravam no economicismo e determinismo. Gramsci se colocou ante esse reducionismo stalinista, elencando como um ponto de contato de seus trabalhos a fundamentação na tradição crítica do

materialismo histórico. Podemos afirmar que ambos empreendem reflexões assentadas numa “análise das lutas de classes” ²⁹. Essa convergência metodológica baseada na análise histórica da sociedade descortina a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais a partir de uma relação entre o poder das estruturas sociais e as dimensões criativas dos indivíduos e grupos nos seus contextos históricos e sociais singulares.

A atualidade dessa perspectiva reside na possibilidade de entender a cultura, os processos formativos que envolvem as classes sociais, entre outros elementos superestruturais, como sínteses sociais, resultado de lutas, negociações e acomodações operadas pelos sujeitos historicamente situados em contextos que envolvem determinações econômicas e sociais, bem como processos de resistência cotidiana, de resignificação e criação cultural e política.

Gramsci enfatiza o protagonismo do sujeito na história e seus estudos compõem uma reação aos determinismos teóricos que minimizavam o papel do sujeito e da política em favor das forças estruturais da dimensão econômica. Na análise de Vieira e Oliveira (2010), os esforços de Gramsci no desenvolvimento de sua concepção de hegemonia exemplifica o “encontro de horizontes teóricos que não desconsidera o plano estrutural na análise da sociedade, mas o concebe a partir da relação de mútua determinação entre política e economia, História e natureza, indivíduo e sociedade” (VIEIRA & OLIVEIRA, 2010, p.522).

Nos *Cadernos do cárcere*, Gramsci se opõe a essa associação entre marxismo e economicismo. Em sua perspectiva, tratava-se mais de um equívoco, na medida em que a crítica conservadora atacava uma espécie de “economicismo histórico” quando achavam que lidavam com o materialismo histórico. Tomavam como objeto de crítica as interpretações vulgares do marxismo, contra as quais Gramsci era também opositor. Seus embates contra o economicismo no campo de estudos marxistas desdobraram-se numa fecunda produção intelectual responsável pela abertura a uma inovação teórica ainda em processo. Gramsci rompe com a perspectiva do economicismo e com a metáfora da base e superestrutura, e enfocando, sobretudo aspectos da superestrutura, defende a direção das ações práticas a este campo, o campo ideológico, a fim de que seja possível o desenvolvimento de uma consciência de classe enquanto força propulsora da construção de uma nova hegemonia.

²⁹ Numa alusão ao que Harvey Kaye (1989) destaca nos trabalhos dos historiadores marxistas britânicos.

No entanto, em janeiro de 1930, a revista do PCI, *Lo Stato Operaio*, publicava o ensaio *Alguns temas da questão meridional*, de Gramsci. Trata-se de um trabalho que marca um momento decisivo no desenvolvimento do pensamento político do jovem dirigente italiano. Assim como o ensaio sobre a “questão meridional”, no final de 1926, Gramsci escreve uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista Russo, se posicionando quanto à crise interna que assolava o partido após a morte de Lênin. Por outro lado, a carta revelava os conflitos de Gramsci com o PCI e os traços de sua heterodoxia, que o distanciava da direção staliniana no que dizia respeito ao movimento comunista internacional. Num momento em que se discutia as alternativas de “socialismo num só país” ou “revolução permanente”, debate ao qual o PCI se posiciona a favor da primeira opção (o que foi questionado por Gramsci), a questão que mais aturdiava o pensador sardo era a possibilidade de que tal debate levasse a perda da unidade do grupo dirigente do partido. Tal unidade era vista como a garantia da aliança operário-camponesa, ou seja “as bases sociais do poder soviético e da conexão entre a revolução na Rússia e a revolução mundial”. A exposição de Gramsci se apresentava como uma convocação de fidelidade a Lênin, para o qual sempre tivera extrema importância a aliança entre operários e camponeses (VACCA, 2012, p. 71-74).

Nesse quadro, o ponto de partida da redação de “*A questão meridional*” foi a publicação de uma resenha na revista “*Il Quarto Stato*”, em 18 de setembro de 1926, que apresentava uma análise positiva do livro “*La rivoluzione meridionale*”, de Guido Dorso, escrito em 1925. Dessa forma, tanto um quanto outro se colocavam contra a política meridionalista do PCI, especialmente no que tangia a proposta dos comunistas turinenses de divisão do latifúndio entre os proletários rurais, o que era chamado por esses críticos como a “fórmula mágica” dos comunistas turinenses – numa ironia, na medida em que consideravam uma proposta impossível de ser realizada. Para Gramsci, não se tratava de uma “fórmula mágica”, o que em sua percepção era mais uma construção interpretativa desses críticos do que uma proposta real dos comunistas de Turim. O que estava em questão era o debate acerca da aliança entre os operários do norte e os camponeses do sul, como possibilidade de afastar a burguesia do poder do Estado. De acordo com Gramsci, a questão da terra deveria estar “inserida numa ação revolucionária geral das duas classes, sob a direção do proletariado industrial” (GRAMSCI, 2004d, p. 408). Em sua concepção, o que os comunistas de Turim fizeram

foi possibilitar que a vanguarda operária se ocupasse da questão meridional, “apontando como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário”. Possibilitaram que a questão meridional se tornasse melhor definida. “O operário revolucionário de Turim e de Milão (...) tornava-se assim o protagonista da questão meridional”, formulando concretamente a questão da hegemonia do proletariado, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário (Ibidem).

Em suas reflexões dedica especial atenção às relações de força entre os grupos sociais, destacando a situação de construção de hegemonia de um grupo social sobre grupos dominados, transpondo a questão da consciência de classe para o âmbito da luta política. Assim, empreende análises ancoradas no estudo histórico da sociedade italiana, compreendendo as estruturas de classes, os conflitos, as alianças, os impasses, as relações que envolvem os grupos sociais num contexto em que a burguesia financeira e industrial exercia a direção da sociedade, assim como do Estado, a partir de um compromisso entre a burguesia industrial do Norte e a burguesia agrária do Sul. Mobilizando um texto do *L'Ordine Nuovo*, de 1920, e de sua autoria, Gramsci assim situa o posicionamento dos comunistas de Turim quanto a questão agrária italiana:

O proletariado setentrional, emancipando a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais, subjugadas aos bancos e ao industrialismo parasitário do Norte. A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas na solidariedade do proletariado industrial, que, por sua vez, necessita de solidariedade dos camponeses, já que o proletariado tem interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade rural e em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista (GRAMSCI, 2004d, p. 406).

Portanto, o que é significativo dessa exposição é a análise mais complexa do que a que parece basear as críticas que lhe são dirigidas. Gramsci observa as implicações econômicas e políticas da aliança entre operários e camponeses na Itália, assim como aprofunda tal análise no texto de 1926. Não trata o problema da distribuição de terras de maneira simplista, mas antes a coloca num conjunto de preocupações como o acesso a maquinário e suporte técnico, habitação, créditos, organização de cooperativas. Medidas que lhe garantam obter ganhos de produtividade de forma cumprir sua função econômica de associação do campo à cidade, mas também política criando mecanismos que garanta as bases dessa aliança em prol do objetivo comum, a transformação

socialista da Itália. Em sua concepção, a questão da terra deve estar “inserida numa ação revolucionária geral das duas classes, sob a direção do proletariado industrial” (Ibidem, p. 408). A “questão meridional” deveria se tornar um dos problemas fundamentais da política do proletariado revolucionário, admitindo importância tal que expressava os contornos de uma formulação acerca da hegemonia do proletariado, ou da “base social da ditadura do proletariado e do estado operário”. Vejamos:

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora. Na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, isso significa: na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (Ibidem).

Desde os escritos de Marx, especialmente suas cartas escritas nos últimos anos de vida, além dos trabalhos de Lênin, tomava maior importância no campo das análises marxistas a consideração sobre o papel do campesinato. Marx admitira uma posição simplista em relação aos camponeses, inicialmente, ressaltando seu caráter conservador ou identificando-a como uma classe em extinção. Essas análises são associadas à equivocada interpretação de que Marx teria propugnado que a revolução teria um desenvolvimento a partir de um modelo único, rígido. Análise que ignora os escritos tardios do filósofo alemão. Posteriormente, Marx defenderia que o desenvolvimento do capitalismo seguiria as particularidades de cada país, argumentando inclusive que a Rússia poderia “constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderia servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (MARX, 2010b, p. 73). Entretanto, boa parte desse debate foi alijado porque as cartas de Marx com os *Narodniks* eram desconhecidas até meados da década de 1920. Netto (1982) destaca que Plekhanov e os socialdemocratas russos “esqueceram” dessas cartas ou ignoraram a importância contida nesses escritos, mas de todo modo é importante destacar que essas formulações contrariavam suas formulações, que defendiam a necessidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, e enfraqueciam-nos nesse debate com os populistas russos. Não se sabe se Lênin teve acesso a essas cartas, no entanto é expressivo como considera o papel dos camponeses no desenvolvimento do processo revolucionário na medida em que compreende que já era possível enquadrar as

condições socioeconômicas da Rússia como capitalistas, na medida em que avalia o modo como esse capitalismo se desenvolvia no campo, gerando um processo de diferenciação de classe, mas especialmente, por se propor pensar o processo revolucionário respeitando as particularidades do seu país, analisando as condições colocadas pela realidade concreta daquela sociedade. Desta análise é possível ressaltar uma flexão de Marx quanto à possibilidade de considerar a potencialidade de desenvolvimento de instituições comunistas desde a comuna rural russa.

Esse processo de pensar as lutas políticas do proletariado a partir da “análise das lutas de classes” é também empreendido por Gramsci, que compreende que a população do sul, em especial, os camponeses, estavam enredados numa relação de subordinação, como uma dominação colonial interna, mas que figurava como uma dominação sustentada não apenas numa relação de forças econômicas ou políticas, mas sobretudo na função dos intelectuais que dão substância às relações entre as classes na sociedade civil (VACCA, 2016, p. 77-79). Na perspectiva de Gramsci

O sul pode ser definido como uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não tem nenhuma coesão entre si. (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação; mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações. Como é natural, é no campo ideológico que a centralização se verifica com maior eficácia e precisão (Ibidem, p. 423).

Nesse ensaio, Gramsci analisa o papel ideológico dos intelectuais, tema que será desenvolvido nos *Cadernos*. Em sua perspectiva, os intelectuais possuem uma função no processo de desenvolvimento de uma consciência de classe, como na produção da ideologia dominante, o que reflete diretamente no processo de luta de classes. Atento a questão da orientação política e ideológica do proletariado, Gramsci identifica uma clara influência da ideologia burguesa, via escola, jornal, igreja, alcançando os trabalhadores

a partir da difusão da burguesia do Norte. O Sul é concebido como “a bola de chumbo que impede o progresso” e o desenvolvimento da Itália. Nosso autor ataca o Partido Socialista Italiano por ter veiculado essa ideologia burguesa no proletariado nortista. Nesse quadro, considera esse aspecto ideológico de fundamental importância na distância entre o proletariado e os camponeses, e na separação dos intelectuais radicais do sul das massas camponesas. O posicionamento da burguesia do norte propicia tamanho afastamento em relação aos camponeses, mantendo-os em estágio de desorganização. Fica claro que para Gramsci o problema da hegemonia torna necessário ao proletariado a conquista da maioria da população trabalhadora, em especial, os camponeses.

Embora estivessem vivendo uma perpétua fermentação, os camponeses meridionais são “incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades”, destaca Gramsci. Há uma centralização e dominação, no campo político e ideológico, de um conjunto de manifestações, por parte dos grandes proprietários e dos grandes intelectuais. Gramsci destaca que é no campo ideológico que a centralização mostra maior eficácia (Ibidem, p. 423). E na Itália algumas particularidades deveriam ser notadas, como no que tange a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, especialmente da industrialização, como capaz de produzir mudanças entre os intelectuais, criando condições para o desenvolvimento de um “novo tipo de intelectual”.

O predomínio da agricultura ou da indústria na estrutura econômica de uma sociedade reflete no tipo de intelectual que se destaca no quadro das lutas de classes que se travam. Tradicionalmente os intelectuais eram “elementos organizadores” de uma sociedade basicamente camponesa e artesã. Em países onde predominam as atividades agrárias esses intelectuais fornecem a maioria dos quadros da administração burocrática estatal, intermediando as relações entre os camponeses e administração do Estado. Eram democráticos com os camponeses, mas reacionários e corruptos quando se relacionavam com os grandes proprietários e com o governo. O intelectual meridional teria também herdado uma aversão ao trabalho camponês e um medo das violências dessas massas, desenvolvendo o hábito de tentar enganar e domesticar os camponeses (Ibidem, p. 424-425).

A industrialização teria impulsionado a proeminência de um tipo de intelectual, o técnico, o especialista, que se destaca pela “ordem” e “disciplina”. E na medida em

que desenvolvia um novo tipo de intelectual, as especificidades do desenvolvimento econômico teria contribuído também para a diferenciação entre as características do clero meridional e do clero setentrional. E isso para Gramsci é relevante para a compreensão da forma como se relacionam as massas camponesas com os intelectuais. Em sua análise, o clero setentrional é proveniente de camponeses e artesãos e mantém uma vida modesta, pois no norte a separação entre a Igreja e o Estado foi mais radical, assim como a expropriação dos bens da Igreja, contribuindo para que o clérigo setentrional fosse considerado como moralmente mais correto. No sul, o padre se apresentaria ao camponês como o administrador de terras, como um usurário facilmente vertido pelas paixões comuns, mundanas. Relativamente, o clero setentrional desempenharia uma “função espiritual” mais completa socialmente, compondo uma confissão que desempenha uma função dirigente mais dinâmica sobre os camponeses. No entanto, como os camponeses não se articulam e se mobilizam politicamente de maneira organizada, autônoma e independente acabam por se enquadrar nos aparelhos estatais, através de composições de partidos locais formados por intelectuais (grandes intelectuais) e controlados pelos grandes proprietários. Trata-se da constituição de um “montruoso bloco agrário” que atende aos interesses do capitalismo setentrional e dos grandes bancos através da conservação do *status quo*. Assim, caberia aos intelectuais desempenhar o papel de uma “opinião pública”, ou de constituição de um “consenso” capaz de limitar ações dos grandes proprietários, mas também “moderar” o potencial insurrecional dos camponeses (Idem, p.428).

Acima do bloco agrário, funciona no sul um bloco intelectual que, até agora, serviu praticamente para impedir que as fissuras do bloco agrário se tornassem demasiado perigosas e provocassem uma ruptura. Exponentes desse bloco intelectual são Giustino Fortunato e Benedetto Croce, os quais, por isso, podem ser considerados os reacionários mais atuantes da península. Dissemos que a Itália meridional é uma grande desagregação social. Esta fórmula pode servir não só para os camponeses, mas também para os intelectuais. É significativo o fato de que, no Sul, ao lado de imensas propriedades, tenham existido e ainda existam grandes acumulações culturais e de inteligência em indivíduos ou em restritos grupos de grandes intelectuais, ao passo que não existe uma organização da cultura média (Ibidem, p. 430).

Segundo Gramsci, intelectuais meridionais, como Benedetto Croce, impediram que os problemas meridionais não ultrapassassem certos limites, especialmente ao

separar os intelectuais radicais do sul das massas camponesas, levando-os para participar da cultura nacional e européia, fazendo com que fossem absorvidos pela burguesia nacional. Os comunistas de Turim demonstravam, com uma forma específica de compreender a questão meridional, que concretizavam uma ruptura com essa tradição, pois “puseram o proletariado urbano como protagonista da história italiana e, por conseguinte, da questão meridional”. Serviram como intermediários entre o proletariado e alguns estratos de intelectuais de esquerda, o que mudou a orientação desses intelectuais (ibidem, p. 423). Assim como em seu diagnóstico sobre as classes subalternas, também os camponeses padeceriam da impossibilidade de produzir os próprios intelectuais orgânicos (BARATTA, 2011, p. 156-157). As classes subalternas estariam desagregadas, desorganizadas, por conta de iniciativas das classes dominantes que agiriam no sentido contrário a qualquer mobilização dos trabalhadores, tanto para reprimi-las em seu potencial transformador quanto para capturá-las em relações de subordinação cultural, ideológica, através de uma adesão e conformação a elementos da cultura da classe dominante – essa é a forma como Gramsci apresenta a questão posteriormente nos *Cadernos* (GRAMSCI, 2002, p. 135). Daí a sua preocupação com o a atividade intelectual, tomada em suas reflexões como um elemento fundamental na organização das classes subalternas para um movimento de lutas pela emancipação dos trabalhadores e pela construção de uma vontade coletiva. Entretanto, o contraponto é a possibilidade do trabalho intelectual ser dirigido a educação e conformação das massas para um consenso favorável às classes dirigentes, e para a fragmentação das classes subalternas (SIMIONATTO, 2009).

A investigação sobre o modo pelo qual o problema da hegemonia do proletariado se coloca na Itália incide na percepção da relevante presença das classes médias urbanas e rurais, colocando em destaque o papel determinante da pequena burguesia intelectual, capaz de orientar as massas camponesas e afastá-las de uma aliança com o proletariado industrial do Norte. O que tem um efeito político muito contundente sobre as lutas do proletariado pelo propósito de conquista hegemônica. Não existe avanço político substancial rumo à hegemonia do proletariado sem a aliança operário-camponesa contra o capitalismo e o Estado burguês na Itália (GRAMSCI, 2004d).

A “auto consciência crítica”, ou a consciência de classe do proletariado, segundo Gramsci, demanda a criação de um corpo de intelectuais, pois “uma massa humana não

se distingue e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes” (GRAMSCI, 2007, p. 104). É necessário que o aspecto teórico da unidade teoria-prática se concretize em pessoas especializadas nas formulações conceituais e filosóficas, o que envolve um longo processo constitutivo marcado por contradições, avanços e recuos, que numa “dialética intelectuais-massa” torna a composição ideológica um processo marcado pelas disputas de forças.

O interesse de Gramsci nos intelectuais se baseia na compreensão deles como massa, cuja aproximação com o proletariado é considerada fundamental para a aliança operário-camponesa.

A aliança entre proletários e massas camponesas exige esta formação; e tanto mais a exige a aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul. O proletariado destruirá o bloco agrário meridional na medida em que conseguir, através de seu Partido, organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais notáveis de camponeses pobres; maior o êxito ou menor nesta sua inescapável tarefa será também determinado, ainda que subordinadamente, por sua capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura (...) do bloco agrário (ibidem, p.434-435).

Nesse quadro, o teórico e dirigente revolucionário sardo concebe o partido político como um organismo social que deve contribuir para a superação na classe operária de uma consciência sindicalista, corporativista, fornecendo elementos teóricos e organizativos para a elevação da consciência dos trabalhadores ao nível de uma compreensão da totalidade das relações e conflitos políticos de sua classe com as demais classes sociais. Gramsci acena com a necessidade de transpor o momento econômico-corporativo das lutas da classe operária para o momento “ético-político”, no qual, o proletariado se torna a classe dirigente capaz de sintetizar e dar corpo a uma vontade coletiva transformadora.

Entretanto, em Gramsci, essa *vontade coletiva* deve se converter em “práxis transformadora”, numa “práxis revolucionária” que se fundamenta na capacidade do partido político estabelecer uma mediação político-intelectual que agregue o conjunto das classes subalternas, sob uma direção consciente que possibilite a superação da espontaneidade dos movimentos de massa. Trata-se de fundar um movimento de lutas conscientes, teoricamente orientadas, que, baseadas no conhecimento da realidade concreta, construa uma renovação política, econômica, social e, sobretudo cultural, como pilar de uma hegemonia do proletariado, antes mesmo que se efetive a tomada do

poder. Gramsci delimita uma compreensão das singularidades da conquista da hegemonia nas sociedades capitalistas ocidentais, nas quais deve se lutar por uma “reforma intelectual e moral”, papel a ser desempenhado dialeticamente pelo partido e por seus intelectuais enquanto agentes de uma capacidade dirigente e organizativa. De suas proposições evidencia-se que, tanto a noção de partido é tomada por sua função intelectual, quanto a de intelectual é definida por sua função de partido (GRAMSCI, 2007).

Luciano Gruppi nos esclarece que esta relação de classe entre proletariado, intelectuais e as demais “classes subalternas” é fundamental para se determinar os traços de uma condição histórica, sem a qual é impossível que o proletariado revolucionário estabeleça uma práxis capaz de protagonizar as reivindicações de outros estratos sociais, unindo-os em luta contra o capitalismo (GRUPPI, 1978, p. 59). Coutinho ressalta que Gramsci, em *A questão meridional*, captou um novo traço da questão da hegemonia e da aliança operário-camponesa ao colocar em relevo um bloco-histórico não consolidado apenas pela convergência de interesses econômicos ou políticos. Existe uma base cultural, ideológica, nesse processo, daí seu empenho iniciado desde os escritos pré-carcerários em desenvolver suas reflexões sobre a cultura e os intelectuais, estabelecendo uma formulação radicalmente nova no marxismo (COUTINHO, 1989, p.42). Giuseppe Cospito (2017, p.365-368) argumenta que não há nesse aspecto uma superação realizada por Gramsci quanto ao horizonte do marxismo, mas, pelo contrário, considera que há um retorno em direção às fontes originais do marxismo, perpassando de Lenin à Marx pelo desenvolvimento do conceito de hegemonia, pelas formulações sobre a aliança operário-camponesa, sobre consciência de classe, tendo como horizonte político o desenvolvimento de uma práxis revolucionária coerente com as condições históricas que se apresentam no cenário das lutas de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a juventude, quando investigava sob a perspectiva materialista a relação do homem com a natureza, Marx pôde compreender que a *prática* era a síntese que expressava a unidade entre essas dimensões, a do sujeito que não apenas conhece, mas atua no mundo, e a própria realidade cognoscível e mutável. Colocava-se, portanto, ante concepções idealistas e materialistas que tratavam o conhecimento em termos de objetos produzidos pela consciência ou como reprodução idealizada de um objeto. Propunha que a *práxis* seja compreendida como o fundamento do mundo real, pois o conhecimento do mundo é criado pelo homem inserido na história, na sociedade e em suas atividades. Conhecer é dar conta de “objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza”, num processo em que o conhecimento sobre o mundo e essa própria realidade conhecida são produtos da agência humana, da prática (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011, p. 143-147).

Para Marx, *práxis* é algo contínuo, incessante, pois se sustenta num processo dialético de autotransformação – ao intervir na natureza, mediado pelo trabalho, pela prática, o homem produz mudanças em si. E na medida em que essa concepção de Marx se constitui como uma categoria analítica seu desdobramento é a afirmação dos parâmetros para uma transformação revolucionária da sociedade, aquela que deve abranger o mundo e o próprio homem, em sua consciência e em sua prática, numa *práxis revolucionária*. Quando argumenta que é preciso não apenas interpretar o mundo, mas transformá-lo, Marx compreende o mundo como objeto de interpretação, de conhecimento, e como objeto da ação do homem. De modo que inscreve no quadro da tradição filosófica o caráter revolucionário de seu pensamento. A filosofia tem seu sentido na capacidade de se constituir como uma filosofia da transformação do mundo, como teoria que interpreta, que compreende as contradições do mundo concreto, possibilitando sua mudança. É dessa unidade indissolúvel que desponta a *práxis revolucionária* e o seu caráter racional. Arelada à concepção materialista da história, seu aspecto teórico enfoca as condições que a estrutura social revela para o processo revolucionário quanto às ações, objetivos, possibilidades e forças sociais necessárias. Desse modo, a *práxis* se constitui como a mediação entre a filosofia e a ação, que deve encontrar no proletariado a personificação de sua materialidade. Cabe ao partido,

portanto, se colocar como expressão do proletariado, como produto dessa classe, de sua consciência e capacidade organizativa, de modo a possibilitar sua constituição como *sujeito da práxis revolucionária*.

Em Lenin, a práxis revolucionária assume de modo preciso a unidade entre teoria e prática. Como teórico e dirigente político revolucionário sua concepção de práxis surge da prática, a ela serve, e nela está como parte necessária e indissolúvel. A teoria envolve-se com os espaços organizativos e dirigentes da prática revolucionária. Teórico da práxis, o pensamento de Lenin dirige-se, dialeticamente, para apreender os elementos capazes de fundamentar uma teoria para a ação revolucionária. Desse quadro, resulta seu esforço por analisar a realidade social concreta sobre a qual se pretende agir e pela elaboração de uma teoria do partido como instrumento necessário para essa transformação.

O dirigente político russo se dedica à compreender as especificidades do desenvolvimento do capitalismo em seu país e discute a validade dos conceitos teóricos e metodológicos vigentes no marxismo ortodoxo para analisar coerentemente essa realidade social e histórica. Temia, sobretudo, que uma falsa concepção da realidade, como a dos populistas, impelisse o partido à adoção de uma estratégia incompatível. Em sua perspectiva, as condições objetivas postas na realidade russa apontavam para o caráter proletário da revolução. Desse modo, o partido deveria trabalhar no desenvolvimento de uma consciência de classe capaz de abranger os anseios também dos camponeses num esforço hegemônico para uma aliança.

Em Gramsci, a unidade dialética entre teoria e prática é tomada pelo viés histórico e político, concorrendo para a questão da “tradutibilidade das linguagens”. Ou seja, importava examinar a experiência revolucionária russa a fim de elucidar as particularidades e generalidades dessa experiência para o emprego de categorias, conceitos e reflexões na constituição da teoria e prática revolucionária na Itália. Tratava-se, portanto, de teorizar sobre a revolução que se pretendia efetivar considerando as singularidades que despontavam dessa realidade. Assim, compreende que existem características na formação econômico social da Itália que implicam na reavaliação do postulado herdado do pensamento marxista acerca do processo de desenvolvimento da revolução. As estratégias da revolução deveriam ser elaboradas

considerando as diferenças entre o tipo de desenvolvimento histórico em sociedades do ocidente e do oriente³⁰.

No Oriente, como a Rússia, o Estado se impunha sobre a vida sociopolítica dos cidadãos, em contraponto à uma sociedade civil que de maneira incipiente se estruturava. Essa forma histórico-política “oriental” reflete a relação dialética entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas, suas relações e condicionantes sobre as superestruturas políticas, tornando-as menos complexas. Segundo Gramsci, em tais sociedades se justificava que a luta política do proletariado se dirigisse à conquista direta do poder político, considerando que a estrutura desse poder se assentava mais nos mecanismos de coerção do que no consenso sobre as classes subalternizadas. Nas sociedades ocidentais, cujo desenvolvimento do capitalismo admitia cada vez mais uma face industrializada, a relação entre Estado e sociedade civil se dá de outra forma. Organizando-se em relação a um conjunto de associações na vida civil, a estrutura política pode abrigar uma maior socialização da participação dos cidadãos, o que daria corpo a um arranjo social de maior complexidade, numa sociedade que admitia o caráter de uma democracia de massa. Caberia, portanto, que a luta política do proletariado se orientasse por uma estratégia para conquista da direção político-ideológico e do consenso sobre as massas, numa luta pela hegemonia. Era insuficiente calcular que nas sociedades ocidentais as crises econômicas se constituiriam em manifestações do processo de colapso do capitalismo, de desagregação do bloco dominante e de abertura de uma crise revolucionária que justificaria a adoção de uma estratégia de assalto ao poder.

Nas sociedades de capitalismo avançado, as estratégias e táticas deveriam ser formuladas pelo partido revolucionário considerando a maior complexidade política desse arranjo social, o que implicaria num progresso lento e gradual das lutas políticas visando, sobretudo, o exercício da direção político-cultural sobre as massas subalternizadas pelo capitalismo e pelo Estado burguês. Por esse viés, Gramsci começa a esboçar elementos de sua formulação teórica que incidem de modo original e renovador no pensamento político marxista e que constituem referenciais ao desenvolvimento de sua teoria política até o período do cárcere. Trata-se de considerar que a construção intelectual de Gramsci entre 1917 e 1926 volta-se para uma grande

³⁰ Embora as noções de “guerra de posição” e “guerra de movimento” sejam desenvolvidas nos *Cadernos do Cárcere*, nos escritos da juventude existem elementos que já indicam uma atenção de Gramsci às questões suscitadas por tal relação conceitual.

coluna que sustenta o conjunto de reflexões, temas, conceitos e categorias analíticas que de seus escritos despontam, que é a questão da hegemonia do proletariado.

Portanto, a práxis revolucionária de Gramsci o possibilita captar o sentido das incoerências que envolviam as formulações propaladas pelo movimento comunista internacional e a realidade italiana. A compreensão das singularidades do capitalismo italiano, da formação do Estado moderno no *Risorgimento*, das contradições estruturantes da questão meridional e da afirmação do fascismo impelem-no à refletir sobre as condições que o partido deve criar para a unificação das classes trabalhadoras e para imprimir nessas massas a direção política e intelectual numa aliança de classes contra um regime que atacava as organizações dos trabalhadores e a democracia. Nesse aspecto, a questão da hegemonia se expressa na luta pela conquista do consenso, da capacidade do proletariado de se colocar como protagonista também dos anseios das demais classes trabalhadores e de organizá-los na construção de uma vontade coletiva, numa aliança contra o capitalismo. Nas circunstâncias italianas, ressaltadas por Gramsci, apenas pelo estabelecimento da aliança operário-camponesa e pelo reconhecimento e assunção da questão meridional como uma questão política nacional o proletariado obterá condições para se opor e desmontar o bloco de poder, o *bloco histórico* constituído pelos latifundiários do sul e a burguesia industrial do norte.

Na perspectiva estratégica de Gramsci, a burguesia do norte afirma seu poder na manutenção das estruturas do atraso na porção sul do país, de onde soluciona sua necessidade de uma massa de trabalhadores pobres, expropriados e proletarizados, como oferta de força de trabalho a ser explorada nas fábricas e nas cidades. Essa estrutura social do poder burguês garante o movimento de um processo de acumulação baseado na subordinação do sul agrário pelo norte industrializado, na constituição de uma hegemonia burguesa sobre o proletariado e os camponeses ancorando um bloco industrial agrário. Apenas com a aliança operário-camponesa é possível dismantelar esse bloco e conquistar uma nova hegemonia, a proletária.

Contudo, não se trata de pensar que a subordinação da população meridional, majoritariamente camponesa, se sustenta apenas em relações de forças econômicas e políticas. Gramsci empreende uma análise da estrutura social italiana salientando o conjunto das relações entre os grupos sociais e destaca o papel ideológico exercido pelas classes médias. Numa sociedade de capitalismo periférico, as classes médias rurais e urbanas, especialmente a pequena burguesia intelectual, teriam a

responsabilidade por intermediar as relações das massas camponesas com as classes dominantes e com o Estado. Para Gramsci, as classes dominantes e os grandes intelectuais na Itália centralizam o campo ideológico de tal maneira que produzem o afastamento entre os “intelectuais intermediários” e as massas camponesas, isolando-os e minando sua capacidade organizativa contra a exploração econômica e a opressão política. Esses elementos da sociedade italiana, os “intelectuais como massa”, dariam substância entre as classes sociais na sociedade civil, e no quadro em foco, seriam responsáveis pelos obstáculos postos à aliança operária-camponesa. Na confluência entre a teoria da hegemonia e a teoria dos intelectuais, Gramsci observa que a coesão do poder político reflete a conformação de um “senso comum” arranjado pelas elites intelectuais. Daí a importância da capacidade do proletariado de exercer sua função dirigente sobre os intelectuais, condição indispensável ao exercício da hegemonia.

Impõe-se ao partido político do proletariado o papel de se colocar no cenário das lutas de classes como o agente desse “novo senso comum”, dessa vontade coletiva transformadora, através do exercício de uma mediação de tipo político-cultural que forneça os elementos teóricos e organizativos para a elevação cultural das massas subalternizadas, de modo a agregá-las em torno de uma consciência de classe revolucionária. É necessário que o partido político se empenhe num trabalho educativo, intelectual, que possibilite que as classes dominadas compreendam as relações e conflitos políticos de sua classe por uma perspectiva da totalidade, que possa revelar as contradições que o enredam numa história de exploração e opressão de classe, e que se desdobre na organização de um consenso como fundamento de uma práxis revolucionária. As classes trabalhadoras devem encontrar no partido o guia para o trabalho teórico e prático de superação do caráter espontaneísta e “econômico-corporativo” das lutas de classes. Para Gramsci, o partido deve mobilizar sua capacidade dirigente e organizativa junto às classes subalternas para a fundação de um movimento de lutas teoricamente orientadas, alicerçadas no conhecimento crítico da realidade. O partido enquanto intelectual coletivo, como um organismo social composto por intelectuais, deve encaminhar um trabalho de educação para o consenso, para a construção de uma vontade coletiva dirigida ao processo de transformação revolucionária da sociedade, a partir da organização de uma nova hegemonia, que agregue o conjunto das classes subalternas como suas forças motrizes.

Em Gramsci, a construção de uma teoria da hegemonia ancora o desenvolvimento de um conjunto de reflexões acerca dos intelectuais e do partido político. Essa estrutura de seu pensamento ganha perenidade desde a juventude e ocupa um lugar muito importante na sistematização da teoria política que desenvolve no período do cárcere. A práxis revolucionária desse teórico e dirigente político deu bases à inovação do pensamento político marxista com suas elaborações sobre hegemonia, e logo, sobre o Estado, o partido e os intelectuais. De seus escritos despontam mais do que afirmação do materialismo histórico como teoria e método para interpretação da realidade, como fundamento de sua transformação, mas revelam, sobretudo, a importância de se pensar no partido político como sujeito ativo desse processo, num trabalho que é teórico e prático. A produção intelectual de Gramsci no período pré-carcerário são documentos históricos que revelam a importância dessa unidade para a organização política dos trabalhadores, para a compreensão de suas lutas e para a elaboração teórico-prática do processo revolucionário. Por mais que se tenha dito que esses escritos deveriam morrer ao fim do dia, os textos da juventude de Gramsci emanam de sua experiência concreta, constituindo a materialização da práxis de um dirigente político, um teórico que está anunciando com a sua vida, com a sua prática política e com seu trabalho intelectual, a importância de se pensar e agir na direção de uma práxis política emancipatória para as classes trabalhadoras.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BEIRED, José Luis Bendicho. *A função social dos intelectuais*. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1998.

BRAZ, Marcelo. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARLO, Antonio. *A concepção de Partido Revolucionário em Lênin*. In. Estudos Cebrap (15), S.P, 1976.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CATONE, Andrea. Amadeo Bordiga. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. Editora Riuniti: Roma, 1982.

CHÂTELET, François. *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. *150 anos do Manifesto Comunista*. In. MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

COSPITO, Giuseppe. *Hegemonia*. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Introdução*. In: GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos, v.2*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Introdução*. In: COUTINHO, Carlos. NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luis Sérgio (org.). *Cadernos do Cárcere, v. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEL ROIO, Marcos. *A Revolução Russa como caminho de Gramsci para o marxismo*. In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

_____. & NERES, Geraldo Magella. *O novíssimo Príncipe. Gramsci a reconstrução da teoria marxista do partido*. In: *Tempo da Ciência*, v.20, n.40. Paraná: 2º semestre de 2013;

DIAS, Edmundo F. *A Revolução Russa vista por Gramsci*. In. LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio à edição alemã de 1890.** In. In. MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. **Percursos e práticas do PCB no campo (1922-1964).** Tese de Doutorado em Sociologia. FFLCH-USP: São Paulo, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Apresentação.** In. LÊNIN, V. I. *Que Fazer As questões palpitantes de nosso movimento*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.

FONTES, Virginia. **O manifesto comunista e o pensamento histórico.** In. REIS, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

FROSINI, Fábio. **Unidade de teoria-prática.** In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

_____. **Prefácio.** In: LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

_____. *La “filosofia della praxis” nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci.* Isonomia – Rivista di filosofia, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Ed. Presença, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **O Programa de L’Ordine Nuovo** (L’Ordine Nuovo, Ano 2, n.12, 1920). In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Socialismo e cultura.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **La Città Futura.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Intransigência-tolerância, intolerância-transigência.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004c.

_____. **A questão meridional: 1926.** In: *Escritos Políticos*, v.2. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004d.

_____. **A revolução contra O capital.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004e.

_____. **Notas sobre a Revolução Russa.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004f.

_____. **A Liga das Nações.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004g.

_____. **O partido comunista.** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004h.

_____. **A situação italiana e as tarefas do PCI (Teses de Lyon).** In. *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004i.

_____. **Operários e camponeses.** In: *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004j.

_____. **Democracia operária.** In: *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004k.

_____. **Sindicatos e conselhos.** In: *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004l.

_____. **Sindicalismo e conselho.** In: *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004m.

_____. **O partido e a revolução.** In: *Escritos Políticos*, v.1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004n.

_____. **Apontamentos para uma introdução e ao encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura.** In: COUTINHO, Carlos. NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luis Sérgio (org.). *Cadernos do Cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos).** In: COUTINHO, Carlos. NOGUEIRA, Marco Aurélio e HENRIQUES, Luis Sérgio (org.). *Cadernos do Cárcere*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **La guerra et le colonies**, In: <https://www.investigaction.net/fr/la-guerre-et-les-colonies/> (Texto de 1916).

_____. **La relazione Tasca e Il Congresso Camerale di Torino.** In: *L'Ordine Nuovo*. Turim: 05/06/1920.

_____. **La settimana política. Italia e Stati Uniti.** In: *L'Ordine Nuovo*. Turim: 08/11/1919.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IANNI, Octavio. **Introdução.** In: IANNI, Octavio (org.) *Marx*. São Paulo: Ática, 1982.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa (1789-1848).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Introdução ao Manifesto Comunista.** In: HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JOHNSTONE, Monty. **Lênin e a revolução.** In: HOBBSBAWM, Eric (et.al.) *História do marxismo na época da Terceira Internacional – a revolução de outubro / o austromarxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KAYE, Harvey. **Los historiadores marxistas británicos: um analisis introductorio.** Universidad de Zaragoza: Prensas universitarias, 1989.

LA PORTA, Lelio. **Consenso.** In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

LENIN, V. I. **Apêndice III de ¿Quiénes son los 'Amigos del Pueblo y Cómo Ellos luchan contra los socialdemócratas?.** In: *Obras escogidas*. V.1, Ed. Progreso, Moscú, 1975.

_____. **Que Fazer? : a organização como sujeito político.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIGUORI, Guido. **Jornalismo.** In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

LUKÁCS, Gyorg. **Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel.** In. MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

_____. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

_____. **Prefácio de Contribuição à crítica da economia política.** In: IANNI, Octavio (org.). *Marx*. São Paulo: Ática, 1982a.

_____. **Carta a P. V. Annenkov (1846).** In: IANNI, Octavio (org.) *Marx*. São Paulo: Ática, 1982b.

_____. **Para a crítica da economia política.** In: *Marx. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MANACORDA, Mario A. **O principio educativo em Gramsci.** São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1990.

MARCUSE, Herbert. **Prólogo.** In. MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Editora da Unicamp e Boitempo Editorial, 2002.

MORAES, Denis. **Antonio Gramsci y el periodismo.** *Revista Pueblos*, (23-06-2014), Bilbao, 2014.

MUSSI, Daniela. **“Tutto Il mondo è paese”: Antonio Gramsci intérprete da revolução.** In. LOLE, Ana; GOMES, Victor Leandro Chaves & DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci e a Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução**. In: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

QUINTANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

RAPONE, Leonardo. *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos, 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2014.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofia da práxis* – 2ª Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana**. In: *Revista Katál*. Florianópolis, v. 12, n.1, 2009.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Amadeo Bordiga: Conselho de Fábrica ou Partido de Classe**. In: GRAMSCI, Antonio & BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: 1981.

VACCA, Giuseppe. *Modernidades Alternativas: o século XX de Gramsci*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

_____. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci : 1926-1937*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VIEIRA, OLIVEIRA. **Thompson e Gramsci: história, política e processo de formação**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, abril-jun. 2010.